

MAMEDE QUEIROZ DIAS

*A AUCTORITAS NA OBRA DOS ANAIS, DE CORNÉLIO TÁCITO.*

Mariana  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP  
2011

MAMEDE QUEIROZ DIAS

*A AUCTORITAS NA OBRA DOS ANAIS, DE CORNÉLIO TÁCITO.*

Monografia apresentada ao Curso de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Fav ersani

Mariana  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP  
2011

**Resumo:** Esta monografia de bacharelado tem como objetivo investigar o conceito de *auctoritas* na obra *Anais*, do historiador romano Cornélio Tácito. O nosso foco é o estudo da relação desse conceito com a legitimidade historiográfica na Antiguidade, considerando o momento político vivido por Tácito: o Principado Romano.

**Palavras-chave:** *Auctoritas*, Cornélio Tácito, *Anais*, Principado Romano.

**Abstract:** This monograph aims to investigate the Roman historian Cornelius Tacitus' concept of *auctoritas* in his *Annals*. Our focus is the study of the relationship between this concept and the legitimacy of the writing of history in Antiquity, considering the political moment experienced by Tacitus: the Roman Principate.

**Keywords:** *Auctoritas*, Conelius Tacitus, *Annals*, Roman Principate.

## SUMÁRIO

Introdução .....	6
Capítulo 1.....	7
1.1. O estudo de um conceito.....	7
1.2. Historiografia e <i>auctoritas</i> .....	8
1.3. O Principado, Cornélio Tácito e a <i>auctoritas</i> ...	15
1.3.1. <i>Auctoritas</i> e Principado.....	15
1.3.2. <i>Auctoritas</i> e Cornélio Tácito .....	22
Capítulo 2 .....	25
2.1. A <i>auctoritas</i> na obra dos <i>Anais</i> .....	25
2.1.1. <i>Res internae</i> .....	26
2.1.2. <i>Res externae</i> .....	29
3. Conclusão.....	32
4. Referências bibliográficas .....	37
5. Anexo 1: Tabela.....	40

*“Se a história, não obstante, para a qual nos arrasta assim uma atração quase universalmente sentida, só tivesse isso para se justificar, se fosse apenas, em suma, um amável passatempo, como o bridge ou a pesca, valeria a pena todo o esforço que fazemos para escrevê-la?” (BLOCH, Marc. Apologia da História. 2002, p. 44)*

## 1. Introdução.

Esta monografia de bacharelado tem como principal objetivo investigar como o conceito de autoridade – *auctoritas* – pode ser pensado na obra *Anais*,<sup>1</sup> sob a ótica do historiador latino Cornélio Tácito.<sup>2</sup> Para tanto, dividiremos o nosso estudo em três partes. A primeira parte situa-se no âmbito mais geral de estudo. Nela apresentaremos, em primeiro lugar, como o conceito de *auctoritas* foi trabalhado pensando a metodologia e teoria. Destacaremos também a relevância desse conceito quando pretendemos mapear o que fornece legitimidade ao gênero histórico. Retomaremos uma série de historiadores greco-romanos, desde Heródoto a Tácito, investigando o caráter legitimador da historiografia e, indissociavelmente deste, a *auctoritas* daquele quem escreveu: o autor. Assim, apontaremos os atributos que investem autoridade ao homem que escreve a história, destacando, brevemente, ao longo da tradição historiográfica antiga, a maior ou menor importância da experiência do autor frente ao conteúdo narrado por ele. Por fim, daremos destaque à posição de Cornélio Tácito, autor dos *Anais*, levando em conta o regime político em que esse autor viveu, o Principado, e como ele se posiciona dentro de uma tradição de historiadores na Antiguidade.

A segunda parte consiste na análise das passagens em que Tácito utiliza o conceito de *auctoritas* no texto dos *Anais*. Nosso objetivo aqui é delimitar um conceito que esteja mais próximo ao contexto político em que Tácito escreveu.

Por último, a terceira parte de nosso estudo buscará relacionar o conceito de *auctoritas* a um possível posicionamento político de Tácito, tendo em vista as peculiaridades do regime do Principado. Com isso, construiremos algumas hipóteses com o objetivo de melhor compreender a percepção de Cornélio Tácito sobre o momento que ele narrou e também o vivido por ele.

---

<sup>1</sup> A obra *Anais* narra o período da dinastia Júlio-Cláudia, desde a morte de Otaviano Augusto, passando pelos governos de Tibério, Calígula, Cláudio até Nero. No entanto, ela também não foi preservada por completo. Restam-nos os livros I a IV, o início do V, o livro VI, sem o início, e os livros XI, sem o início, a XVI, sem o final. Presume-se que os *Anais* fossem compostos por um total de 18 livros.

<sup>2</sup> Além dos *Anais* e das *Histórias*, de gênero histórico, Tácito também escreveu mais três obras: sua primeira obra, *Vida de Agrícola*, publicada em 98, que se insere no gênero das *laudationes funebres*, de caráter encomiástico, fora escrita para o seu sogro Júlio Agrícola; ainda em 98, Tácito escreveu uma obra sobre a Alemanha, *De Origine et Situ Germanorum*, que se insere nos modelos dos tratados etnográficos; a terceira, provavelmente publicada em 102, foi o *Diálogo dos Oradores*, e tem como tema a tópica do declínio da oratória.

## Capítulo 1.

### 1.1 O estudo de um conceito.

A *auctoritas*, como todo conceito, tem seus significados disputados pelos indivíduos que o utilizam e, no curso do tempo, sofrem transformações em seu sentido. Acreditamos, seguindo uma perspectiva de Reinhart Koselleck, que a duração, a alteração e a futuridade contidas em um contexto político são apreendidas na utilização lingüística, ou seja, no uso dos conceitos em seu tempo histórico específico.<sup>3</sup> Da mesma forma, ao estudarmos um conceito específico, acreditamos que os limites de nossas interpretações são influenciados pelos objetivos do pesquisador, assim como pelo tempo em que vive, ou seja, o presente do historiador.

*Auctoritas*: a palavra e o conceito são de origem romana. Segundo Hannah Arendt, nem a língua grega nem as diversas experiências políticas dos gregos conseguiram apontar qualquer conhecimento da autoridade e o tipo de governo que ela implicava. Como percebeu o historiador grego Dião Cássio, ao escrever a *História de Roma*, a palavra *auctoritas* era impossível de traduzir para o grego.<sup>4</sup>

Assim, para o estudo desse conceito seguimos dois caminhos metodológicos básicos: a leitura de referências modernas sobre o tema e, indispensavelmente, a leitura da fonte em sua língua matriz (latim). No que tange a etimologia da palavra, *auctoritas* deriva do radical *auctor*. Como em português, *auctor* significa autor, aquele quem escreve. Em latim, *auctor* também é aquele quem escreve, no entanto, além disso, a palavra deriva do verbo *augeo*, que significa “aumentar”, “fazer crescer.” Dentro desse campo semântico, logo, *auctor* é aquele quem *inventa* e *aumenta* a tradição literária.<sup>5</sup> Como ressaltou Quintiliano nas *Instituições Oratórias*, no segundo capítulo do Livro X, muitos autores são dignos de se ler (*lectione*

---

<sup>3</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*, Rio de Janeiro: Editora Puc Rio, 2006, p. 101.

<sup>4</sup> ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*, São Paulo: Ed. Perspectiva, 2009, p. 142.

<sup>5</sup> Temos que nos atentar para o significado da palavra “invenção”, que difere substancialmente da palavra moderna em português “inventar.” Em latim, o verbo *invenio* tem como significados “encontrar”, “achar”, “saber”, “reconhecer”, o que difere largamente dos significados modernos relacionados à descoberta de algo novo, uma criação “autêntica”, potencializada pela individualidade de quem produz. Na Antiguidade, a noção de indivíduo estava intimamente ligada à ideia de comunidade, portanto, noções de “autenticidades” jamais se desvinculariam da tradição. Aquele que, no mundo antigo, supostamente, rompesse com todas as normas e não se posicionasse segundo da tradição literária, provavelmente, não teria espaço e seria ignorado.

*dignis auctoribus*), pois há uma enorme quantidade de palavras, figuras e modelos como exemplos (*exemplum*).<sup>6</sup> Em seguida, Quintiliano afirma que se o *inventar* acontece primeiro e é o mais importante, logo, é digno que os autores seguintes imitem o que foi bem inventado.<sup>7</sup> Nesse sentido, a palavra *auctor* possui uma forte ligação com a tradição, com os modelos – os autores de outrora – que devem ser imitados, o que não exclui a importância da inovação pelos novos autores, pois “a imitação por si só não é suficiente”.<sup>8</sup> Portanto, seguindo o pensamento de Quintiliano, a palavra *auctor* compreende, ao mesmo tempo, o velho – tradição literária, que também é responsável por educar – e o novo – a capacidade do autor, que conhecendo a tradição e os melhores exemplos, inovar. Neste sentido, a *auctoritas* apresenta em seu radical algumas características que podemos destacar, liga-se ao conhecimento adquirido com a experiência, sendo que existem inúmeros campos de experiência: militar, político e intelectual são os fundamentais para o *ethos* aristocrata romano.

A interação entre o enunciador<sup>9</sup> e o interlocutor pode ser baseada numa relação de autoridade, ou, de algum outro tipo, como de coerção pelo medo ou por benefícios. Caso se baseasse na relação de autoridade, se estabeleceria através de alguns pressupostos entre as duas partes: enunciador/interlocutores. Em síntese, o conceito de *auctoritas* que delimitamos até aqui nessa pesquisa se sustenta em três pontos: (I) a autoridade só acontece entre dois ou mais indivíduos, sendo assim, só pode ser exercida em relação a alguém; (II) pressupõe-se que para que um indivíduo tenha autoridade, ele necessite de um conhecimento sobre uma determinada matéria, e, por outro lado, que haja outra pessoa ou grupo que reconheça tal qualidade; (III) para que uma relação de autoridade aconteça, há necessidade de uma hierarquia no conhecimento, pois sem nada a acrescentar, a necessidade de se fazer ouvir e ser compreendido é nula. Logo, a *auctoritas* se estabelece a partir do reconhecimento, ou seja, da legitimidade compartilhada por determinado grupo em relação a alguém ou a outro grupo, não configurando poder ou violência na interação entre esses agentes.

---

<sup>6</sup>(*Ex his ceterisque lectione dignis auctoribus et verborum sumenda copia est et varietas figurarum et componendi ratio, tum ad exemplum virtutum omnium mens derigenda.*).

<sup>7</sup>(*Neque enim dubitari potest quin artis pars magna contineatur imitatione. Nam ut invenire primum fuit estque praecipuum, sic ea quae bene inventa sunt utile sequi.*).

<sup>8</sup> QUINTILIANO, *Int...*, X, 2, 4.

<sup>9</sup> Utilizo “enunciador”, nesse caso, não apenas como referente ao autor, aquele quem produz o enunciado em forma de livro, mas também ao orador, como o senador ou advogado, que anuncia diante a um público.



## 1.2. Historiografia e *auctoritas*.

Dizei-me agora, Musas que a olímpica morada tendes,  
 Pois vós sois deusas, presentes estais a tudo e tudo sabeis  
 (HOMERO, *Ilíada*, II, 484-493).

Elas (as Musas) certa vez, a Hesíodo, ensinaram belo canto  
 (HESÍODO, *Teogonia*, 22).

No poema épico, em seu prelúdio, o poeta invoca a sabedoria das Musas para começar sua obra e, através de sua inspiração, o aedo poderá celebrar os deuses ou os grandes feitos dos heróis. As Musas são seres divinos, segundo Hesíodo, filhas de Zeus e da Memória. Elas tudo sabem, oniscientes, podem ver presente, passado e futuro. Deste modo, o que autoriza a narrativa do poeta é a palavra divina. Em Homero, o *eu* do aedo recebe e transmite a palavra divina; e as Musas transferem essa autoridade ao aedo, agora vaticinado por elas. É um *eu* transmissor, apenas enquanto dura a sua performance, é vazio, sem nome e sem autoridade próprios.<sup>10</sup>

A emergência da história está situada justamente na mudança da testemunha - aquela que vê, que presencia -, desloca-se das Musas para o homem, ou melhor, para o historiador. Como destaca François Hartog, o olho – o *ver* – é o elemento que autoriza a narrativa de Heródoto. É o olho como uma marca de enunciação, o “*eu vi*” como uma intervenção do narrador na narrativa para provar. Retomando Benveniste, Hartog destaca a etimologia da palavra *hístōr*, que é, “*em época muito antiga, a testemunha, ‘a testemunha enquanto aquele que sabe, mas, desde logo, também enquanto aquele que viu’*”.<sup>11</sup> Assim, é sob a autópsia que se desenvolverá a historiografia grega. A constante epistemológica do *ver* balizou a transformação do elemento que dá autoridade à narrativa, da epopéia a história, dando vida à historiografia.

Como aponta John Marincola, se o narrador de Homero é em larga medida intrusivo, já em Heródoto, constantemente, ele chama a atenção para o seu papel como organizador e expositor de sua história, recordando à audiência de sua viagem e de seu trabalho investigativo.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> HARTOG, François. *A História de Homero a Santo Agostinho*, 2001, p. 35-6

<sup>11</sup> HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*, 1999, pp. 273-4.

<sup>12</sup> MARINCOLA, John. *Authority and Tradition in Ancient Historiography*, 1999, p. 7

Esta a exposição da investigação de Heródoto de Túrio, para que nem os acontecimentos provocados pelos homens, com o tempo, sejam apagados, nem as obras grandes e admiráveis, trazidas à luz tanto pelos gregos quanto pelos bárbaros, se tornem sem fama – e, no mais, investigação também da causa pela qual fizeram guerra uns contra os outros. (HERÓDOTO, *Histórias*, I, 1-5).

No prefácio das *Histórias*, Heródoto aponta para o seu inquérito, o trabalho que sustentará o resultado de sua investigação. Além do ver, necessário a comprovação, para a constituição da autoridade daquele que esteve presente, é preciso com que o narrador descreva. Como aponta Marincola, Heródoto está sempre preocupado com o seu público e, no que diz respeito à recepção dos ouvintes, parece assumir a questão que estaria constantemente pressuposta na mente de sua audiência: “*como você sabe?*”.<sup>13</sup> Desta forma, como bem apontou Hartog, o olho organiza o visível, bem como autentifica: “*descrever é ver e fazer ver*”.<sup>14</sup>

Na esteira de Heródoto, é Tucídides quem mais claramente firmará a preeminência da autópsia como caminho para legitimar a escrita da história. E esse princípio metodológico firmará a única possibilidade para se escrever a história no tempo presente. Como afirmou Tucídides, “*as coisas anteriores e mesmo as que eram ainda mais antigas era impossível descobrir com clareza*”,<sup>15</sup> pois, a distância temporal impede que o historiador presencie o acontecido. Assim, para o presente se volta a historiografia tucideana, como apontado pelo historiador Grego no capítulo 5, convencionalmente chamado de segundo prefácio, da Guerra do Peloponeso.

Escrevi o que se segue o mesmo Tucídides de Atenas, como cada coisa aconteceu por verões e invernos, até que os lacedemônios e seus aliados puseram termo ao poder dos atenienses e tomaram os muros e o Pireu. (...) Pois sempre me lembro, desde o começo da guerra, até quando terminou, muitos previam que deveria durar três vezes nove anos. Vivia inteiramente, compreendendo-a graças à minha idade e nela pondo minha atenção, a fim de saber alguma coisa de exata: aconteceu-me ficar exilado de minha pátria durante vinte anos, depois de exercer o cargo de estratega em Anfípolis, e, assistindo de ambos os lados os empreendimentos – não menos os dos peloponésios, por causado exílio – compreendi os mais a vontade. (TUCÍDIDES, *Guerra do Peloponeso*, 5, 26).

---

<sup>13</sup> MARINCOLA, John. 1999, p. 8.

<sup>14</sup> HARTOG, François, 1999, p. 261.

<sup>15</sup> TUCÍDIDES, *Guerra do Peloponeso*, I, 1. Trad. de François Hartog, 2001, p. 57.

Tucídides foi de uma família aristocrática ligada à Trácia, cresceu em uma Atenas forte, tanto política quanto intelectualmente.<sup>16</sup> E não poderia ser diferente, ao historiador ateniense cabe não apenas presenciar os fatos, mas também ter o conhecimento necessário às interrogações certas. Tucídides, como podemos observar na passagem acima, foi um general militar – estrategista – e viajante. Segundo Moses Finley, as críticas fundamentais que Tucídides fez à tradição oral – aos poetas – estão calcadas em dois pontos: a história, insinuava Tucídides, tratava de política e só poderia ser realizada no presente.<sup>17</sup>

Além do *ver* como condição epistemológica para esses historiadores gregos, a experiência tem também lugar de destaque. Para se escrever a história, não bastava apenas ver, era necessário o conhecimento da retórica – saber descrever –, e, para o reconhecimento da audiência, era preciso que o historiador tivesse experiência naquilo que se propunha a registrar. Como destacou Políbio, mesmo a autópsia poderia levar ao historiador cometer erros, pois, não tendo experiência necessária para guiar o seu inquérito, sua história estaria comprometida, já que não saberia o que procurar e o que perguntar.<sup>18</sup>

One who has no experience of warfare cannot write well about those things that happen in war, nor can one inexperienced in political life write of these kinds of events and circumstance (...) Whenever they try to write about cities and places, it is necessary, since they are devoid of such experience, that (...) they shall omit many things worthy of account, while making much of things which are not of account. (POLÍBIO, *Histórias*, XII, 25, 1-3)<sup>19</sup>.

Como observado em Políbio, a experiência está intimamente ligada à qualidade do inquérito. Assim, quem não conhece sobre o campo militar não pode escrever bem sobre ele, e o mesmo acontece com a política. De forma parecida, Luciano de Samósata, em *Como se deve escrever a História*, criticou certo historiador que buscou narrar sobre os costumes dos Partos, em guerra, sem jamais ter viajado. Segundo Luciano, esse dito historiador, “*também muito ridículo*”, confundia o que os partos chamavam de “serpentes” – que para ele eram estandartes dos batalhões que conduziam uma fileira de mil homens – como “*enormes*

---

<sup>16</sup> *Idem*, p. 85

<sup>17</sup> FINLEY, Moses. *Uso e Abuso da História*, 1989, p. 52.

<sup>18</sup> MARINCOLA, John, 1999, p. 72.

<sup>19</sup> POLÍBIO *apud* MARICOLA, 1999, p. 73.

*serpentes vivas que nascem na Pérsia*”, e que estas seriam armas vivas utilizadas em guerras por esse povo, soltas e enviadas aos inimigos.<sup>20</sup>

Em Roma, como aponta Marincola, sobre os historiadores antes do Império, pouco nos restou. Sabemos, indiretamente, da existência de Fabio Pictor e Postumo Albino. E de Catão, que de forma escassa chegou até nós. Contemporâneo de Políbio, o romano Catão é um dos poucos historiadores que resistiram ao curso do tempo. Ainda segundo Marincola, no que toca a experiência do homem que escreve a história, a historiografia romana esteve fortemente relacionada com a esfera política e militar.<sup>21</sup> Político e militar – o homem de experiência – são características de formação do homem romano e serão subsídios para dar autoridade, assim como ao aristocrata, àquele que busca se enveredar pelos caminhos da escrita da história.

O aprendizado da vida pública se iniciava por volta dos dezesseis anos, quando o adolescente romano abandonava sua toga bordada de púrpura para adquirir a toga viril. O simbolismo da troca daquelas insígnias, das infantis para aquelas do mundo adulto, inseria o homem ao quadro dos cidadãos. No entanto, a sua formação, que começava dentro da família, sob a tutela do *paterfamilias*, ainda não estava concluída. Antes de assumir o serviço militar era preciso se dedicar por um ano ao “*aprendizado da vida pública*” (*tricornium fori*), seguia-se assim ao pai ou algum outro patrono experiente. Acabado esse curto período no qual a experiência de outrem é observada,<sup>22</sup> o jovem inseria no serviço militar, que por sua vez possuiria uma série de hierarquias e graduações a serem alcançadas. A ascensão dependeria de suas competências militares, ou, em alguns casos, verificada pela rápida ascensão na carreira militar, através da interferência de um patrono forte. Após o período de serviço militar a formação prosseguia, seja o jovem acompanhando algum magistrado proeminente ou assumindo funções públicas.<sup>23</sup> Esse longo processo de formação era o que os romanos chamavam de *cursus honorum*.<sup>24</sup>

---

<sup>20</sup> LUCIANO, *His.*, XXIX

<sup>21</sup> MARINCOLA, John. 1999, p. 136.

<sup>22</sup> Sobre o aprendizado e a formação Quintiliano nos fala sobre a importância da imitação: “*como de ordem natural da vida cada um, que queiramos fazer, nós mesmos, tudo aquilo que aprova, os nos outros. Assim, os meninos acompanham os sulcos das letras, para que se adquira a habilidade do escrever; de maneira semelhante os músicos imitam a voz de seus docentes, os pintores reproduzem as obras dos antecessores, os camponeses tomam para exemplo o cultivo comprovado pela experiência, enfim, constatamos que o começo de toda disciplina se forma segundo um modelo estabelecido anteriormente a si.*” (QUINTILIANO, *Inst.* X, 2, 2)

<sup>23</sup> MARROU, Henri-Iréné. *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: Editora da USP, 1971, pp. 361-5

<sup>24</sup> Na esfera pública, o *cursus honorum*, caso bem realizado, representava a projeção social do aristocrata ao se inserir na administração dos negócios da República.

Aceitando-se essa linha de raciocínio, é nesse sentido, acreditamos, que Thomas Wiedemann aponta para a importância da autoridade (*auctoritas*), seja do líder da família (*paterfamilias*) ou do comandante militar (*imperator*).<sup>25</sup> Destaca-se assim na estrutura social romana a importância da carreira pública – empreendidas nas esferas política e militar – na constituição da virtude (*virtus*) e da moral do aristocrata romano (*mos maiorum*). De forma próxima, também o historiador, para que possa ter autoridade e seu trabalho reconhecido, portanto, não deveria negar esses atributos que elevam o homem romano na esfera pública. O historiador é aquele que, antes de tudo, deveria ser reconhecido pelos seus pares, ter a formação ideológica aristocrata, já que é esse o público que lhe interessa, assim como o conhecimento das artes intelectuais, pois essas são fundamentais para que ele possa descrever a matéria historiográfica. Neste sentido, entre a historiografia e sua legitimação, John Marincola destaca o caráter do historiador romano: “*Auctoritas seems to have played a greater role in the Roman’s establishment of his credibility than in the Greek’s.*”<sup>26</sup>

Depois de Catão, como aponta Marincola, há uma grande incerteza sobre os escritos históricos na República. Se, por um lado, Catão destaca a importância da experiência política e militar para autorizar o caráter do historiador; Salústio, por outro, em outro momento da história romana, fez uma interessante distinção entre a escrita da história e a vida pública. Salústio separou, em certa medida, ao contrário dos seus antecessores, a vida pública da tarefa de escrever a história.<sup>27</sup> De família senatorial, Salústio Crispo tomou parte das guerras civis e alinhou-se ao partido de César, que projetou sua carreira política, no entanto, abandonou a vida política e dedicou-se à história.<sup>28</sup>

Ora, se eles se lembrarem de que espécie de homens, no tempo em que exerci magistraturas, não foram capazes de atingir o mesmo, bem como, posteriormente, de que tipo de gente penetrou no senado, pensarão certamente que foi com razão, mais que por preguiça, que meu estado de espírito mudou – e que a República lucrará mais com meu ócio do que com os negócios dos outros. (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, IV, 4)

---

<sup>25</sup> WIEDEMANN, Thomas. *Reflections of Roman Political thought in Latin Historical writing*. IN.: ROWE, Christopher & SCHOFIELD, Malcolm. *The Cambridge History of Greek and Roman Political Thought*. Cambridge University Press, 2008, p. 517.

<sup>26</sup> MARINCOLA, John, 1999.p. 137.

<sup>27</sup> *Idem*, pp. 138-9.

<sup>28</sup> HARTOG, François. 2001, p. 175.

Salústio criou uma distinção entre o presente em que escreve e o passado em que exerceu as magistraturas. Ele constrói uma oposição entre *otium* e o *negotium*: “*A República lucrará mais com meu ócio do que com os negócios dos outros.*” (*maiusque commodum ex otio meo quam ex aliorum negotiis rei publicae uenturum*). Como realçou Marincola, para justificar o abandono da vida pública, Salústio constrói um quadro de decadência moral e destaca uma ruptura entre os homens de seu tempo e os de outrora. Por isso, os negócios (*negotium*) dos outros – os cargos públicos – correspondem às práticas viciosas dos homens de seu tempo, apontando para uma vida pública corrompida. Sendo assim, o historiador justifica o porquê decidiu viver longe da vida, e assume o *otium* como alternativa aos vícios. Desta forma, Salústio eleva-se diante dos seus contemporâneos e coloca-se como exemplo de autoridade, atribuindo concomitantemente uma utilidade de sua história.

Salústio, no mesmo capítulo IV, da *Guerra de Jugurta*, também apontou para uma diferenciação que nos será útil quando nos focarmos em Tácito e os *Anais*.

Como se a pretura, o consulado e todos os outros cargos do mesmo gênero fossem livremente ilustres e grandiosos em si mesmos – e não julgados segundo a virtude dos que os assumem. (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, IV, 8)

Na passagem citada, o historiador talvez antecipe uma ideia que será desenvolvida em Tácito, onde, sob o regime político do Principado, a escravidão tomaria conta da maior parte da aristocracia, que “*se acrescentava em honras e riquezas e preferia a segurança do presente aos perigos do passado.*”<sup>29</sup> O aparente paradoxo do Principado construir-se-ia no perigo do exercício das virtudes, que não mais teriam espaço nesse momento, já que ter destaque social nesse ambiente faria rivalizar se com o *princeps*. Levando em conta esse paradoxo, os bajuladores e aqueles que soubessem tirar proveito da proximidade com a casa imperial e o *princeps* assumiriam os cargos mais elevados na vida pública. De forma similar, como apontado por Salústio, os cargos públicos seriam assumidos não pelo valor de quem os exerce, mas pela indicação e força de alguma intervenção política. Na narrativa de Tácito sobre a dinastia Júlio-Claudiana, como destaca Fábio Joly, há uma tensão nesse contexto social, entre o magistrado bajulador, que busca o benefício privado, e aquele que possui uma

---

<sup>29</sup> TÁC., *Anais*, I, 2.

ética em sua participação política, ou seja, Tácito constrói uma fronteira fluída entre centralização e descentralização política no Principado.<sup>30</sup>

Retomando a passagem de Salústio, sem nos esquecermos do ambiente apresentado por Tácito no Principado, o cargo político – a magistratura – sofreria assim um esvaziamento de sua função, já que, em si, a magistratura não seria acompanhada de um indivíduo virtuoso que merecesse tal posição. Assim, a campo político estaria esvaziado de sua experiência e a *auctoritas* de quem ordena, diante de quem obedece, estaria em larga medida suprimida pelo poder (*potestas*) e pelo benefício individual (*beneficium*). Acompanhando esse movimento sociopolítico, então, ao historiador apenas caberia, como relatado por Sálustio, se livrar dos vícios do presente e abandonar a vida pública? Acreditamos que Tácito nos responderá tal questionamento quando buscou uma terceira via entre escravidão e liberdade. Ele recoloca assim a autoridade como uma alternativa viável no Principado, e desta maneira reaproxima a competência historiográfica da vida política.

No que diz respeito ao peso da autoridade e da tradição na historiográfica, Marincola aponta que a escrita da história na antiguidade jamais deixou de aproximar, como critério de legitimação desse tipo de conhecimento, o autor no livro daquele que escreve:

This is not surprising given the importance in antiquity of character in rhetoric and real life: the stratified societies of Greece and Rome cared a great deal about the status of the speaker. The proof that things are as the historian says they are depend not a little on the audience's perception of the narrator's character: to believe an historical account, it was necessary to believe the historian himself. (MARINCOLA, J. *Authority and Tradition in Ancient Historiography*, 1997, p. 6)

Tal pensamento, que conecta a matéria narrada ao conhecimento de vida do autor, pode ser evidenciado em um trecho da *Arte Poética*, de Horácio.

Vós que escreveis, escolhei matéria à altura das vossas forças e pesai no espírito longamente que coisas vossos ombros bem carregam e as que eles não podem suportar. A quem escolher assunto de acordo com as suas possibilidades nunca faltará eloquência nem tão pouco ordem luzida. (HORÁCIO, *Arte Poética*, 38-41).<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> JOLY, Fábio. *Tácito e a Metáfora da Escravidão*. São Paulo: EDUSP, 2004, pp. 119-20.

<sup>31</sup> (*Sumite materiam uestris qui scribitis, aequam uiribus et uersate diu quid ferre recusent, quid ualeant umeri. Cui lecta potenter erit res, Nec facundia deseret hunc, Nec lucidus ordo.*).

### 1.3. O Principado, Cornélio Tácito e a *auctoritas*.

#### 1.3.1 *Auctoritas* e Principado.<sup>32</sup>

Na história de Roma, os séculos II e I a.C. foram decisórios para uma transformação na ordem de governo dessa sociedade. Segundo Geza Alföldy, nesse momento, a República romana enfrentava conflitos de natureza heterogênea, podendo ser divididos, de uma maneira geral, em quatro tipos: os três primeiros compreendiam as lutas de escravos, a resistência dos habitantes das províncias contra a opressão romana e a luta dos itálicos contra Roma; o quarto, e talvez o de maior impacto nos conflitos do final da República, tinha lugar entre os cidadãos romanos, que se encontravam divididos entre dois partidos políticos opostos: *optimates* e *populares*.<sup>33</sup> O confronto, inicialmente restrito ao espaço político, desencadeou no século I a.C. uma série de conflitos armados entre os dois grupos. Por fim, a guerra civil se encerrou em 31 a.C., na chamada batalha do Ácio, travada entre Marco Antônio e Otaviano. Este último deu fim aos conflitos civis e foi um dos responsáveis por reorganizar a forma de se governar em Roma. Esse momento foi narrado pelo próprio Otaviano. Segundo ele, “depois de extinguir as guerras civis e, por consenso de todos, senhor de tudo, passei a república de meu poder para o arbítrio do senado e do povo romano.”<sup>34</sup> O destaque de sua posição é sobressalente. Isso é evidente na própria narrativa de Otaviano dos fatos ocorridos em sua *Res Gestae*, texto inscrito em bronze e afixado na cidade de Roma após sua vitória, e também pelas moedas produzidas neste período. Sobre a mesma ocasião, agora na visão de Tácito, “a batalha do Ácio conferiu todo o poder a um só homem”<sup>35</sup> e, “Roma não é outra coisa que se um imperasse.”<sup>36</sup> Portanto, a partir da ascensão de Otaviano ao governo de Roma (31 a.C. a 14 d.C.), um novo agente político estava sendo inserido na estrutura administrativa do antigo governo romano, que agora não mais seria exercido exclusivamente pelo Senado como mais elevada instância de decisão, mas, além desse, teria a casa imperial

---

<sup>32</sup> Principado (*Principatus*) deriva de uma especificidade na história de Roma, provém de Príncipe do Senado (*Princeps senatus*), aquele que honrosamente fora investido do privilégio de falar em primeiro lugar nas sessões do senado. Otaviano Augusto foi por 40 anos príncipe do senado. (AUG., *Res. Ges.*, 7). “Império Romano” é uma atribuição moderna ao momento que nos referimos.

<sup>33</sup> ALFÖLDY, Geza. *História Social de Roma*. 1989, p. 82.

<sup>34</sup> AUG., *Res Ges.*, XXXIV. (*postquam bella ciuilia exstinxeram, per consensum uniuersorum potitus rerum omnium, rem publicam ex mea potestate in senatus populi que Romani arbitrium transtuli*).

<sup>35</sup> TÁC., *His.*, I, 1. (*bellatum apud Actium atque omnem potentiam ad unum conferri pacis interfuit*).

<sup>36</sup> TÁC., *Ann.*, IV, 32-33, 3. (*sic conuerso statu neque alia re Romana quam si unus imperitet*).



(*domus Caesaris*) de Otaviano como uma nova estrutura desse novo regime. Consolidavam-se as bases de um novo momento: o *principatus*.

Como bem apontou Ronald Syme, em sua obra *The Roman Revolution* (1939), *auctoritas* é a palavra que melhor define a posição de Otaviano. No entanto, seus inimigos poderiam muito bem ter chamado de *potentia*.<sup>37</sup> A tensão apontada por Syme não é uma especificidade desse momento. Como destacamos anteriormente, a disputa política entre *optimates* e *populares* trouxeram à tona uma série de líderes políticos, como, para citar dois que alcançaram a hegemonia por breves períodos: C. César e G. Pompeu. Os dois possuíam apoiadores no Senado, e esse suporte ia além da assembléia (*comitium*) senatorial, firmando-se entre as casas aristocráticas por laços de amizade e clientela. Quando os interesses dessa oligarquia romana entravam em conflito, outros setores sociais interdependentes daqueles também se envolviam, e a guerra civil emergia. Era o que os gregos chamavam de *stasis*, como nas palavras de Aristóteles na *Política* (V 130lb): “*os homens viram-se para a stasis por desejo de igualdade.*”<sup>38</sup>

Syme ainda destaca que, mesmo talentoso e poderoso, Otaviano não poderia sustentar-se sozinho. Ele precisava de aliados. E nesse sentido, “*o governo de Augusto foi um governo de um partido, e em certos aspectos seu Principado foi como um sindicato.*”<sup>39</sup> A nova situação se apresentava: Otaviano conseguiu o que o seu tio César não havia feito: acabou com a guerra civil – a *stasis* em Roma –, criou estabilidade a partir da negociação com a aristocracia e, ao lado disso, através da aliança de sua casa (*domus*) com as demais casas que partilhavam da estrutura de poder do governo romano, estabeleceu uma ordem estável. O reconhecimento máximo de sua *auctoritas* pelos aristocratas acontece com o título de Augusto (*Augustus*) atribuído pelo Senado a Otaviano no ano 27 a.C.<sup>40</sup>

De acordo com Kristina Milnor, a visão de Augusto sobre a República Romana tinha na família, especialmente a do imperador - e com ela a sua vida doméstica -, o espaço central

---

<sup>37</sup> SYME, Ronald. *The Roman Revolution*, 1939, p. 7.

<sup>38</sup> ARISTÓTELES *apud* FINLEY, M. *Os Gregos Antigos*. Lisboa: Edições 70, 1984, p. 52. Segundo Finley, “*to be sure, the aim of any stasis was to bring about a change in some law or arrangement, and any change meant a loss of rights, privileges or wealth to some group, faction or class, for whom the stasis was accordingly seditious.*” (FINLEY: 1983, p. 106).

<sup>39</sup> (...) *the rule of the Augustus was the rule of a party, and in certain aspects his Principate was a syndicate.*.)

<sup>40</sup> Como aponta o biógrafo C. Suetônio (69-130 d.C.), em sua obra *De Vita Caesarum*, no livro sobre a *Vida do Divino Augusto*, o nome Augusto foi dado a Otaviano por uma resolução de Munácio Planco, e teria sido escolhido pois designava “*um cognome não apenas novo, mas também grandioso, pois tanto santos como aquilo que neles é consagrado por augúrio são chamados “Augustus.”* (SUET. *Vida do Divino Augusto*, VII).

no qual a vida cívica poderia ser constituída.<sup>41</sup> O paradoxo criado com tais medidas fazia parte do projeto de construção do Estado Romano realizado pelo *princeps*. Assim, a posição de Otaviano no governo e a adesão de sua *domus Caesaris* aos negócios públicos fizeram a diferenciação entre *publicus/privatus* ficar ainda mais complexa.

Como bem destaca Aloys Winterling em seu livro *Politics and Society in Imperial Rome* (2009), a sociedade romana possuía os conceitos de público (*publicus*) e privado (*privatus*) para demarcar duas esferas sociais distintas. O primeiro designava a comunidade de cidadãos, representada na República (*res publica*); o segundo tinha sua expressão na esfera doméstica e individual, representada na casa (*domus*). Tal diferenciação afirmava as desigualdades existentes nessa sociedade. Na esfera do *publicus*, na *res publica*, apenas o cidadão romano, ou seja, homem e aristocrata, teria acesso ao campo político, e tal espaço público de atuação firmava uma relação isonômica. Por outro lado, na esfera do *privatus*, na *domus*, a relação era desigual por natureza. O pai da família (*paterfamilias*), por direito, possuía a mulher, os filhos e os escravos, reafirmando, com isso, a categorização oposta que divide o campo público do privado.<sup>42</sup>

Para outro exemplo dessas sobreposições entre o público e o privado com o Principado, na economia romana, o tesouro comum (*aerarium*), que antes de Augusto fora encargo da *res publica*, passou a ser incorporado e gerenciado pelo tesouro imperial (*patrimonium* e *fiscus*). Ou seja, a *domus Caesaris* que, partilharia da lógica do *privatus*, mais uma vez passava a interferir na esfera pública.<sup>43</sup> Segundo as palavras de Augusto, “*quatro vezes socorri com meu dinheiro o erário, cedendo aos que o dirigiam cento e cinquenta milhões de sestércios.*”<sup>44</sup> O advento do Principado, segundo Greg Rowe, opera uma mudança no que tange às funções senatoriais. Segundo Rowe, na República, o Senado conduzia as relações com o estrangeiro, declarava guerra, cumpria tarefas administrativas e judiciais, arbitrava os conflitos coletivos e geria o *aerarium*. Sob o Principado, o Senado ganhou poderes que o *populus Romanus* e a plebe haviam perdido: “ *julgava seus próprios membros onde as assembléias populares tinham antes formalmente feito.*”<sup>45</sup>

---

<sup>41</sup> MILNOR, Kristina. *Gender, Domesticity, and the Age of Augustus Inventing Private Life*, 2005, p. 3.

<sup>42</sup> WINTERLING, Aloys. *Politics and Society in Imperial Rome*. 2009, p. 58.

<sup>43</sup> *Idem*, p. 59.

<sup>44</sup> AUG. *Res Ges.*, XVII. (*Quater pecunia mea iuui aerarium, ita ut sestertium milliens et quingentiens ad eos qui praeant aerario deluterim*).

<sup>45</sup> ROWE, G. *and political cultures: The new Tiberian senatorial decrees*, 2002, pp. 42-3.

Agora, para um exemplo mais concreto de tais problemas evidenciados em nossa fonte, citamos como ilustração duas passagens de Tácito. Retiramos a primeira no livro 13 dos *Anais*, quando ele descreve o primeiro discurso do imperador Nero para o Senado. Segundo Tácito, Nero pretenderia em sua conduta de governo fazer com que os interesses da República fossem distintos dos negócios de sua casa (*discretam domum et rem publicam*).<sup>46</sup> Aqui, como relatou Cornélio Tácito, a diferenciação semântica entre *publicus/privatus* ainda estava presente, o campo público, da *res publica*, está separado do privado, da *domus*. Entretanto, em outra passagem, agora no primeiro livro das *Histórias*, Tácito, ao falar do general e imperador Oto (68 d.C.), fez uma diferenciação entre uma casa particular (*domus privata*) e a corte do imperador (*aula Caesaris*), na qual a última se destacava das demais, pois possuía as “*facilidades dos casamentos e ávido de outras devassidões de reinos desta espécie*.”<sup>47</sup> Nesse trecho, Tácito cria uma distinção entre *domus privata* e *aula*, o que nos remete a posição superior e despótica do *princeps*.

Sobre a compreensão do regime político do Principado, Tácito, tanto no segundo capítulo do livro I, dos *Anais*, quanto no primeiro capítulo do livro I, das *Histórias*, nos apresentou o seu olhar sobre a consolidação do poder de Augusto após a batalha do Ácio. Como nos lembra Fábio Joly, Tácito apreendia a constituição e consolidação do Principado como sendo realizados através da concessão de benefícios, por Augusto, aos demais grupos sociais em jogo: a plebe, os exércitos e a aristocracia.<sup>48</sup>

Sobre a ascensão de Augusto, assim relatou o historiador latino no início dos *Anais*:

(...) Otaviano já sem encontrar oposição, porque os mais altivos tinham morrido nos combates e proscricções, e o resto da nobreza, na proporção em que era disposta à escravidão, se acrescentava, com a nova ordem das coisas, em honras e riquezas e preferia a segurança do presente aos perigos passados. (*Ann.*, I, 2). (Trad. de Fábio Joly, 2005).<sup>49</sup>

A passagem acima nos revela parte da visão taciteana acerca de como foi arquitetado esse novo regime político. Para o historiador romano, o comportamento apresentado pela

<sup>46</sup> TÁC., *Ann.*, XIII, 4, 2.

<sup>47</sup> TÁC., *His.*, I, 22, 1. (*matrimonia ceterasque regnorum libidines avido talium*).

<sup>48</sup> JOLY, Fábio. *Tácito e a Metáfora da Escravidão*, 2004, p. 117.

<sup>49</sup> (*quidem partibus nisi Caesar dux reliquis,posito triumviri nomine, consulem se ferens et ad tuendam plebem triumviri iure contentum, ubi militem donis, populum annona, cunctos dulcedine otii pellexit, insurgere paulatim, munia senatus, magistratum, legum in se trahere, nullo adversante, dissent, ceteri nobilium, quanto quis servitio promptior, opibus et honoribus extollerenturac novis exculosa mallent.*).

aristocracia, que voluntariamente abdica do próprio poder político em troca de honras e riquezas, visando à estabilidade político-social, é qualificado como servil. Há nesse trecho um grande esboço feito por Tácito que busca compreender a lógica de funcionamento do Principado. Segundo Fábio Joly, esse comportamento aristocrático é reiterado em outros momentos das obras taciteanas. E a partir dessa conduta podemos perceber uma tensão constante, e necessária, no que tange à estabilidade do Principado, já que a liberdade (*libertas*) e a servidão (*servitus*) foram conceitos que Tácito, ao longo de suas obras, utilizou para classificar as dinâmicas opostas entre República e Principado, e também a interação entre o *princeps* e os demais aristocratas.<sup>50</sup>

Há certo consenso na historiografia sobre o Principado de que Augusto foi figura de grande poder (*potestas*) e autoridade (*auctoritas*) no governo. Na literatura da antiguidade o destaque de sua posição é evidenciado tanto na historiografia, como em Tácito,<sup>51</sup> quanto em outros gêneros, como o fizeram, na poesia, Virgílio com a *Eneida* e Horácio com as *Odes*: “*De duelos encerrou quirinal Jano,/Enfrentou a licença,/que vagava Fora da ordem: removeu os crimes,/Trouxe as antigas artes.*”<sup>52</sup> Os feitos de Augusto foram grandiosos e o próprio *princeps* assim narra o reconhecimento do Senado e do povo de Roma:

(...) os umbrais de minha casa foram publicamente cobertos com louros, uma coroa cívica foi afixada acima de minha porta um escudo de ouro posto na cúria Júlia. Atestava a inscrição do escudo que o senado e o povo romano o davam a mim pelo valor, pela clemência, pela justiça e pelo senso do dever. Depois disso, vi-me à frente de todos pela autoridade (*auctoritas*), mas nenhum poder (*potestas*) tive a mais do que meus outros colegas também investidos de cargos. (AUG., *Res Gest.*, XXXIV).<sup>53</sup>

Segundo Werner Eck, o posto assumido por Otaviano, tendo sob seu comando várias legiões, incomparáveis recursos financeiros e uma vasta rede de clientes, não pode ser sintetizado no termo *auctoritas*. Por si só, a *auctoritas* é um termo bastante inofensivo, mas que não se deve perder de vista o que realmente contava, ou seja, as fontes de poder concreto

<sup>50</sup> JOLY, Fábio. 2004, pp. 112-7.

<sup>51</sup> “*concentrou em si as magistraturas, as funções senatoriais e as leis*” (TÁC., *Ann.*, I, 2,1). Ver também em Tácito, *His.*, I, 1, 1; e *Ann.* I, 1; I, 9; IV, 33.

<sup>52</sup> HORÁCIO, *Odes*, IV, 15, 9-12. (*Ianum Quirini clausit et ordinem/ rectum evaganti frena licentiae/ iniecit emovit culpas/et veteres revocavit artis*).

<sup>53</sup> (*laureis postes aedium mearum uestiti publice coronaque ciuica super ianuam meam fixa est atque clupeus aureus in cúria Iulia positus, quem mihi senatum populumque Romanum dare uirtutis clementiaeque et iuititiae et pietatis caussa testatum est per eius clupeus inscriptionem. Post id tempus auctoritate omnibus praestiti, potestatis autem nihilo amplius habui quam ceteri qui mihi quoque in magistratu conlegae fuerunt.*).

por trás dele.<sup>54</sup> Já para David Shotter, a *auctoritas* foi central para o Principado de Augusto, ela significava

‘influência’ e ‘prestígio’, e abarcava a ideia de obtê-las por meio da combinação de hereditariedade, riqueza, personalidade e realização. Relevantemente, implica na habilidade em fazer patronato em larga escala. (SHOTTER, David. *Nero*, 2005, p. 93).

Tanto a apreensão de Shotter como a de Eck sobre a *auctoritas* parte de um mesmo ponto, o imenso poder de Otaviano e sua habilidade e capacidade de movimentar terceiros em favor de seus interesses. Tal visão se aproxima da interpretação de Tácito na passagem anteriormente apresentada, livro primeiro dos *Anais*, quando o historiador comenta a postura de Augusto, que: “concentrou em si as magistraturas, as funções senatoriais e as leis”,<sup>55</sup> seduziu o resto do povo e os soldados, juntamente com o resto da nobreza, que agora, “na proporção em que era disposta à escravidão”,<sup>56</sup> adquiria honras e riquezas devido à “nova ordem das coisas.”<sup>57</sup>

Entretanto, a *auctoritas* não se firma apenas com um único sentido, do *princeps* para os demais agentes. Aqui, no livro quarto dos *Anais*, capítulo 20, Tácito nos apresentou um movimento inverso quando narrou sobre o senador M. Lépido no governo de Tibério.

Sobre Lépido, tenho notícia de que foi um homem circunspecto e sábio naqueles tempos: muita coisa corrigiu das exageradas adulações dos outros, e entretanto pôde manter sua autoridade e crédito perante Tibério. Isso me leva a por em dúvida se a benevolência dos príncipes para com outros é determinada, como tudo mais pelo destino ou acaso do nascimento, ou se depende de nós mesmos, estando a nosso alcance achar entre a contumácia repentina e a subserviência disforme um caminho isento de ambições e de perigos. (*Ann.*, IV, 20, 7) (Trad. de Fábio Joly, 2004).<sup>58</sup>

Nesse trecho, como podemos observar, Tácito destaca a posição de Lépido no governo, já que corrigiu muito dos exageros e adulações e, mesmo assim, “pôde manter sua

<sup>54</sup> ECK, Werner. *The age of Augustus*, 2007, p.54.

<sup>55</sup> (*posito triumviri nomine, consulum se ferens et ad tuendam plebem tribunicio iure contentum*).

<sup>56</sup> (*quanto quis servitio promptior*).

<sup>57</sup> TÁC., *Ann.*, I, 2. (*ac novis ex rebus*).

<sup>58</sup> (*hunc ego Lepidum temporibus illis gravem et sapientem virum fuisse comperior: nam pleraque ab saevis adulationibus aliorum in melius flexit. neque tamen temperamenti egebat, cum acquabili auctoritate et gratia apud Tiberium vigerit. unde dubitare cogor fato et sorte nascendi, ut cetera, ita principum inclinatio in hos, offensio in illos, an sit aliquid in nostris consiliis liceatque inter abruptam contumaciam et deforme obsequium pergere iter ambitione ac periculis vacuum.*).

*autoridade*” frente ao *princeps* Tibério. Aqui, ter autoridade é saber se posicionar dentro do campo público. Dessa maneira, sem estar sujeito, por um lado, à bajulação, e por outro, à posição baseada na liberdade de outrora, aquela que correspondia aos homens do tempo republicano. A moderação de Lépido fez com que suas palavras fossem escutadas, pois, o conteúdo de suas ações é do interesse dos cidadãos e da estabilidade política. Logo, a sua autoridade se faz presente na sua capacidade de ser ouvido, no sentido de que o conteúdo de seu discurso diz respeito não apenas aos seus interesses, mas também ao de seu público. O conhecimento da matéria em discussão, ou seja, os saberes do campo político, dão-lhe autoridade, fugindo assim à servidão característica, segundo Tácito, de grande parte da elite senatorial.

Tentamos demonstrar, com os exemplos acima, que a relação do *princeps* com os demais agentes políticos nas obras taciteanas não está constituída, basicamente, na relação simplista de imposição supra-institucional – pela *domus caesaris*. Tampouco acreditamos, assim como pensa Eck, que o conceito de autoridade fora utilizado para qualificar a capacidade de Augusto intervir, unicamente, pela força e coerção; nem como Shotter, que reduz a *auctoritas* a capacidade de fazer patronato.<sup>59</sup>

Dentro desse contexto sociopolítico, no Principado, que buscamos evidenciar nesse tópico, então, como o conceito de *auctoritas* poderia ser pensado? Tendo a interação do *princeps* com os demais agentes políticos, poderíamos apontar uma relação sustentada na *auctoritas*? Tácito nos permite pensar, no Principado, uma identidade corporativa quando opera uma articulação ente a *domus* imperial e a *res publica*. Essa estabilidade é gerada pelo *princeps* quando vincula a aristocracia, os exércitos e a plebe à *domus* imperial.<sup>60</sup> No entanto, ainda de acordo Joly, o “*resultado último dessa configuração política poderia colocar em risco a expansão e manutenção do Império, visto que, em geral, Tácito advoga um estado constante de conflito para preservar esse Império.*”<sup>61</sup> Acreditamos, como nos apontou Joly, que está no centro desse estado de constante conflito, em Tácito, a interação entre os senadores e o *princeps*. No entanto, o consenso promovido pelo *princeps* sofre abalo quando

---

<sup>59</sup> O conceito de patronato foi utilizado como uma alternativa aos dois grandes modelos interpretativos que vigoravam nos estudos sobre o mundo antigo: o paradigma marxista, baseado nas relações de produção e no conceito de classe, e o weberiano, sustentado através do conceito de estamento. Para uma discussão aprofundada sobre o conceito de patronato e os modelos teóricos que pensam a organização sociopolítica romana, iniciados pela Escola de Cambridge e que tem como uma de suas referências Moses Finley, ver em FAVERSANI, F. *A sociedade em Sêneca*. São Paulo: FFLCH-USP, 2001. (Tese de doutorado em História Econômica).

<sup>60</sup> JOLY, Fábio. D. *Tácito e o Império Romano*. In. : Revista de História – Edição especial (2010), pp.69-78.

<sup>61</sup> *Idem*, pp.71.

o governo perde seu representante e, nem a *domus* imperial, e nem os senadores conseguem restabelecer um novo agente ordenador com *auctoritas* suficiente para gerar consenso. Assim, por exemplo, com a morte de Nero em 68 d.C., a guerra civil e a instabilidade sociopolítica retornam a Roma.

### 1.3.2. *Auctoritas* e Cornélio Tácito.

Cornélio Tácito nasceu por volta de 55 e 57, época do governo de Nero (54 a 68 d.C.). Teve carreira política, escreveu os *Anais* no final da vida, já tendo naquela época perpassado todo o *cursus honorum* romano, o que significava já ter ocupado os mais altos cargos políticos em Roma, como, por exemplo, ter sido nomeado *consul suffectus* no ano de 97. Diante desses feitos, o nosso autor, em idade madura e conhecedor da matéria política, têm a autoridade necessária para efetuar o trabalho que se propõe a fazer: escrever a história do Principado. Tácito escreveu os *Anais* entre os anos 115 a 120, o conteúdo dessa obra compreende a narrativa da dinastia Júlio-Claudiana. Os *Anais*, juntamente com as *Histórias* (107 ou 108 d.C.), são as obras mais extensas do autor, foram escritas sob o governo de Trajano (98 a 117 d.C.), já possuindo Tácito em torno de 65/68 anos, momento de sua maturidade política e intelectual. Escritas seguindo a tradição analística, que retoma a historiografia dos Pontífices romanos da República,<sup>62</sup> com elas Tácito narrou a história dos *principes*, da morte Augusto à ascensão de Trajano.

No prefácio dos *Anais* (*Ann.*, I, 1, 1), após fazer uma breve retomada dos líderes políticos na história de Roma, Tácito lançou o seguinte argumento sobre a legitimidade de sua história:

Mas os antigos feitos do povo romano foram já narrados por ilustres escritores, assim como para o governo de Augusto não faltaram, até que a adulação crescente fosse corrompendo os mais formosos talentos. De Tibério, Caio, Cláudio e Nero, enquanto vivos o medo não deixou falar com verdade; depois de mortos, o ódio recente falseou as narrativas. Eis porque empreendi narrar, de Augusto pouco

---

<sup>62</sup> Segundo Martine Chassignet, a tradição *analística* romana emulava a forma historiográfica *analística*, que fora produzida pelos Pontífices romanos dos tempos da República, chefes religiosos que também eram encarregados de registrarem os fatos. Essa historiografia tinha como características a cronologia e uma narrativa de ano a ano dos acontecimentos. (CHASSIGNET, Martine. *L'Annalistique Romaine*, 2003, p. VII e VIII)

e seu fim, e depois o principado de Tibério e os seguintes, sem ira nem afeição, pois destas causas mantenho distância. (*Ann*, I, 1, 2-3).<sup>63</sup>

Com a famosa assertiva na qual Tácito se propôs a narrar a história do Principado “*sem ira nem afeição*” (*sine ira et studio*), o historiador latino, como apontou Fábio Joly, distinguiu três temporalidades do passado. A primeira se referindo ao momento político antes de Augusto, onde “*ilustres escritores*” puderam narrar os feitos do povo romano. A segunda aconteceria entre aqueles historiadores que viveram sob os governos de Tibério, Caio, Cláudio e Nero. Tácito desautoriza a historiografia sob tais *principes*, pois, o medo não deixou com que os historiadores falassem com verdade. Esse movimento qualifica, por oposição, a historiografia do passado romano anterior a Augusto como verdadeira. A terceira camada temporal estaria localizada em seu momento, onde ele, Tácito, retomaria a antiga forma de se escrever, pois, dos temores e adulações promovidos pelos Júlio-Claudios, “*destas causas mantenho distância*.”<sup>64</sup>

Ao anunciar que os historiadores dos tempos da dinastia Júlio-Claudia não puderam escrever com verdade, Tácito aponta para a condição do seu presente. Por que ele teria mais condições de relatar os feitos daquela época e qual seria a condição que daria autoridade à sua narrativa? Tanto nas *Histórias* como na *Vida de Agrícola*, Tácito nos deu informações sobre o seu presente, ressaltando o momento oportuno em que escreve, pois sob Nerva e Trajano, “*the rare good fortune (rara temporum felicitate) of the age in which we may feel what wish may say feel what we feel*.”<sup>65</sup> Já na biografia de seu sogro, Tácito menciona que o *princeps* ligou “*de novo o que anteriormente era incompatível, império e liberdade, embora todos os dias aumente Nerva Trajano a felicidade da época*.”<sup>66</sup>

Ora, se o momento em que Cornélio Tácito vive é mais propício a verdade histórica, como apontou o historiador nos prefácios citados acima, não poderíamos desconsiderar o fato de que ele também viveu sob o regime do Principado. Tácito, então, tende a relacionar a

---

<sup>63</sup> (*sed veteris populi Romani prospera vel adversa claris scriptoribus memorata sunt; temporibusque Augusti dicendis non defuere decora ingenia, donec gliscente adulatione detererentur. Tiberii Gaique et Claudii ac Neronis res florentibus ipsis ob metum falsae, postquam occiderant, recentibus odiis compositae sunt. inde consilium mihi pauca de Augusto et extrema tradere, mox Tiberii principatum et cetera, sine ira et studio, quorum causas procul habeo.*).

<sup>64</sup> JOLY, F. *Teleologia e Metodologia Históricas em Tácito*. In. : *História Revista*, Goiânia, v. 6, n. 2, p. 25-50, 2001, p. 27.

<sup>65</sup> TÁC., *Ann.*, I, 1, 4 (*rara temporum felicitate ubi sentire quae velis et quae sentias dicere licet.*) Trad. de Clifford H. Moore, Harvard University Press, 1925. p. 4-5.

<sup>66</sup> TÁC., *Agric.*, III (*et quamquam primo statim beatissimi saeculi ortu Nerva Caesar res olim dissociabilis miscuerit, principatum ac libertatem, augeatque cotidie felicitatem temporum Nerva Traianus*). Trad. de Agostinho da Silva, Lisboa: Livros Horizontes LDA., 1974, p. 66.



historiografia ao momento político, o que levaria ele a dizer que no momento republicano os historiadores não estavam constrangidos pelo poder de um único homem, como no Principado. Desta maneira, Tácito cria um hiato entre os historiadores da República e do seu momento político, sugerindo assim uma continuidade entre aqueles primeiros e ele.<sup>67</sup>

No tempo presente taciteano, Nerva e Trajano são *principes* que, segundo o historiador latino, resgataram a liberdade. No entanto, como saber se esses argumentos laudatórios condizem com o que Tácito realmente acreditava, ou apenas funcionavam como uma manobra política, um artifício retórico que protegeria a sua historiografia dos perigos de se falar o que não se deve, ou seja, que ferisse moralmente o *princeps* governante?

Não pretendemos aqui nos determos afundo nessa questão, no entanto, não podemos desconsiderá-la, pois, se o Principado é um momento onde a liberdade e a escravidão, a todo o momento, tencionam as relações entre os agentes sociais, seja na época Júlio-Claudia ou Flaviana, é importante termos em mente, como tentamos brevemente expor nesse sub-tópico, os argumentos que Tácito se utilizou para tentar justificar a sua historiografia e imbuir-se de *auctoritas*.

## Capítulo 2

### 2. 1. A *auctoritas* na obra dos *Anais*.

Neste capítulo apresentaremos a nossa análise do conceito de *auctoritas* nas passagens dos *Anais*.<sup>68</sup> Para fins de organização documental, dividimos em dois grupos temáticos – *res internae* e *res externae* – as passagens em que Tácito utilizou o termo *auctoritas* em sua narrativa.<sup>69</sup> O primeiro grupo – *res internae* – conta com dezesseis passagens, todas elas correspondentes às narrativas em Roma, contando, em grande medida, com as questões senatoriais e da *domus caesaris*. O segundo – *res externae* – possui as nove passagens em que

---

<sup>67</sup> JOLY, Fábio. *Teleologia e Metodologia Históricas em Tácito*, 2001, p. 27-8.

<sup>68</sup> Devido ao grande número de passagens citadas, para facilitação de leitura do texto, nesse trecho (Cap. 2), não utilizaremos nem as citações completas no corpo do texto, nem as feitas em notas de rodapé. Como, em geral, grande parte das citações aqui utilizadas é dos *Anais*, nos limitaremos à indicação do livro, capítulo e versículo (por exemplo: XII, 1,4). Citações que não correspondem aos *Anais* serão realizadas normalmente.

<sup>69</sup> Uma tabela (Anexo 1, pp. 39-41) desse mapeamento foi construída apontando as divisões entre os dois grupos – *res internae/ res externae* –, ressaltando também o espaço onde o discurso está sendo pronunciado pelos indivíduos na narrativa, assim como os indivíduos envolvidos na narrativa.

Tácito emprega o termo *auctoritas*, desta vez relacionando-o ao campo militar, e, em oposição aos temas tratados dentro de Roma, esse grupo abrange o espaço provincial. Em síntese, o nosso *corpus* taciteano possui, efetivamente, vinte e cinco passagens diretas em que o historiador apresentou o termo *auctoritas*.

### 2.1.1. *Res internae*

Dentre as passagens que tratam sobre as coisas internas de Roma, foram divididas essas em mais dois grupos. O primeiro, que compreende doze dessas passagens, dizem respeito ao âmbito senatorial, seja relacionando a *auctoritas* ao senado como um todo (IV, 14, 3; VI, 13, 1; XII, 4, 1; XII, 5, 2), à senadores específicos (M. Lépido, IV, 20, 7 e C. Longino, XIV, 43, 2, M. Régulo, XIV, 47,1; Traséia Peto, XVI, 21, 3), ou, dentro de sessões senatoriais, se referindo à outros indivíduos (Aélio Sejano, I, 24, 2; Cremúcio Cordo, IV, 35, 5) ou grupos (Parentes de Pisão, II, 34, 1; Seita estóica, XVI, 32, 3). Para o segundo grupo, com quatro passagens, tomamos como linha divisória o “espaço” da *domus caesaris*: a relação de Tibério com sua mãe Augusta (V, 3, 1); o diálogo entre Vitélio e Cláudio, que também se encontra na primeira divisão, pois está relacionado à autoridade do senado (XII, 5, 2); a terceira se refere ao liberto Pallas, Agripina e Cláudio (XII, 25, 1); e a última corresponde ao diálogo entre Nero e Sêneca, quando o *princeps* fez alusão à autoridade de Augusto (XIV, 55, 2).

Começaremos a nossa análise pelas quatro passagens referentes à *domus caesaris*. Elas dizem respeito a diálogos que envolvem os *principes* Tibério, Cláudio e Nero. Na passagem (V, 3, 1), Tácito parece nos apresentar uma virada, a partir da morte de Augusta, no governo de Tibério. Em consequência dessa mudança, o comportamento de Tibério também teria sido afetado. A figura materna tinha autoridade perante o *princeps*,<sup>70</sup> o que fazia com que Sejano não fosse capaz de interferir nessa relação de obediência maternal (*matrem obsequium*). Por isso, como nos apontou Tácito em (V, 3, 1), após a morte de sua mãe, “*thenceforward it was sheer, oppressive despotismo*” (*Ceterum ex eo praerupta iam et urgens dominatio*).

---

<sup>70</sup> (*quia Tiberio inveteratum erga matrem obsequium neque Seianus audebat auctoritati parentis antire: tunc velut frenis exsoluti proruperunt*).

A passagem (XII, 5, 2) narra os momentos que precederam o casamento do imperador Cláudio com sua sobrinha, Agripina. Segundo Tácito, o incesto derivado desta união ainda preocupava o imperador devido aos efeitos que este fato, se consumado, poderia gerar na República. Neste momento, Tácito narra as intenções de Vitélio para concretizar os planos acerca do casamento do imperador.

Suas intenções não foram abandonadas até que Vitélio comprometeu-se em cumprir essa matéria pelos seus meios e seus próprios métodos, e ele verificou de César se cederia às ordens do povo e à **autoridade** do senado. (XII, 5, 2)

*nec ante omissa cunctatio quam Vitellius suis artibus id perpetrandum sumpsit. percunctatus que Caesarem, an iussis populi, an **auctoritati** senatus cederet, ubi ille unum se civium et consensui imparem respondit, opperiri intra Palatium iubet.*

Neste trecho, onde Vitélio teria verificado se Cláudio cederia às ordens do povo e à autoridade do senado (*an iussis populi, an auctoritati senatus cederet*), nos é apresentado um conflito entre a ação do imperador, inevitavelmente ilegal perante as leis e os costumes, e o senado. A *auctoritas* nesta passagem pode remeter à legitimidade dos senadores frente aos bons costumes, o que, em certa maneira, nos revela uma força senatorial diante do *princeps*. Superado os receios iniciais de Cláudio no que toca ao possível escândalo que tal união incestuosa pudesse causar ao seu governo, Vitélio, em seguida, vai até ao senado para por em prática seus métodos para solucionar essa questão. Tácito dá voz a Vitélio em um longo discurso que ocupa o final do capítulo 5 e quase todo o capítulo 6, do livro XII, quando enfim, ele expõe todas as necessidades do imperador possuir uma mulher, que pela sua nobreza, fecundidade e pureza dos costumes, lhe acompanhasse durante a árdua tarefa de governar os negócios públicos. Sendo Agripina tal exemplo, e ainda uma mulher viúva, o príncipe não teria cobiçado mulheres alheias. No fim de seu argumento, Vitélio toca na questão polêmica do incesto; diz ele que se antes o casamento entre primos era proibido, mas que com o tempo passou a ser aceito, o mesmo aconteceria aos tios e sobrinhas, “*and this too would be among the things that were soon in general use*” (XII, 6, 3). No meio da confusão instaurada por esse discurso de Vitélio, em seguida, no capítulo 7, existiram senadores que repudiaram tal casamento, e outras pessoas que apoiavam. No fim, Tácito narra que Cláudio, sem esperar, foi ao Fórum ter com a confusão instaurada, entrou no senado e pediu um decreto para que se aprovasse o matrimônio entre tios e sobrinhas. O Senado assentiu. Tácito não usa a palavra

*auctoritas* para designar a fonte de poder que fez com que o Senado decidisse a favor do desejo imperial e contra os costumes. Assim, mesmo que Cláudio se utilizasse do poder que lhe cabia efetivar seus desejos, Tácito nos mostrou uma tensão do *princeps* diante da possibilidade em desagradar o senado, ainda representativo.

A terceira passagem (XII, 25, 1) reafirma a influência com que os libertos teriam sobre Cláudio. Como podemos ver nos cinco primeiros capítulos do livro XII, libertos e escravos disputavam para conseguirem casar o *princeps*, cada qual defendendo e oferecendo uma possível esposa. Tácito, nesse enredo, destaca a fraqueza de Tibério no momento em que é coagido por libertos e escravos. A passagem do livro XII apontou para a autoridade de Palas (*auctoritate Pallantis*), liberto de Agripina, sobre Tibério. Se retomarmos o nosso conceito pré-estabelecido de *auctoritas* – o do conhecimento legitimado sobre a matéria específica –, Cláudio reconhece num liberto as faculdades que não caberiam a um homem livre, muito menos governante, se inspirar. Tácito, com isso, rebaixa a postura do *princeps* no governo e ressalta os seus vícios.

A última passagem referente à *domus caesaris* reproduz um discurso feito por Nero, em diálogo com Sêneca (XIV, 55, 2). Nela, o filósofo está pedindo a Nero que lhe desse o descanso merecido, pois como já se encontrava em idade avançada, não teria mais como ajudar o *princeps* no governo. Um dos argumentos que Sêneca se utilizou diante de Nero foi comparar as atitudes de Augusto, que em seu governo “*permitiu a Marco Agripa que fosse descansar no seu retiro*” e que Cílnio Mecenas se retirasse a uma vida tranqüila na cidade de Roma.<sup>71</sup> Nero, em resposta, recusa o pedido de Sêneca e, comentando sobre as atitudes de Augusto anunciadas por Sêneca, lhe responde que aquele – Augusto – possuía já idade necessária para que a “*his authority could protect whatever he granted and whatever its nature.*”<sup>72</sup>

Passamos agora às passagens que circunscrevem o campo do senado. Iniciamos com a do livro quarto (IV, 35, 5), sobre o historiador Cremúcio Cordo. Sobre esse indivíduo, Tácito relata sobre a censura de sua historiografia em uma sessão senatorial (IV, 34, 5). Como relatou Tácito, o historiador C. Cordo, ao elogiar Bruto e, ao mesmo tempo, ter escrito que C. Cássio foi o último dos romanos, teria sido levado a julgamento, pela primeira vez visto um

---

<sup>71</sup> Tácito, *Ann.*, XIV, 53. Trad. de J. L. Freire de Carvalho. São Paulo: Ed. Brasileira, 1957, p. 374.

<sup>72</sup> (*sed in ea ipse aetate, cuius auctoritas tueretur quicquid illud et quaecumque tribuisset*).

caso destes (*novo ac tunc primum audito crimine*).<sup>73</sup> No final do mesmo capítulo, Cremúcio Cordo, em seu discurso de defesa, faz menção aos modos de Augusto quando ele se deparava com escritos que o desfavoreciam ou exaltavam seus rivais:

but Divine Julius himself, Divine Augustus himself bore and ignored them all-whether with more restraint or wisdom, I could not easily say: what is spurned ends to abate: but if you become angry, you appear to have made an admission. (IV, 34, 5)

*ipse divus Augustus et tulere ista et reliquere, haud facile dixerim, moderatione magis an sapientia. Namque spreta exolescunt: si irascare, adgnita videntur.*

Logo em seguida na narrativa taciteana, no capítulo 35, Cremúcio se coloca na posição daquele que, por ser censurado, presumi-se que tenha provocado a ira dos acusadores, e com isso, “*o gênio castigado cresce em autoridade*” (IV, 35,5).<sup>74</sup> Desta forma, como ressaltou Ronald Syme, “*Cremutius ends with a firm appeal to the verdict of posterity.*”<sup>75</sup>

### 2.1.2. *Res externae*

As nove passagens em torno das questões fora de Roma, todas giram em torno das questões militares. Tendo como protagonistas gerais romanos (Germânico, I, 42, 2; Caecina, I, 66, 1; Gorbulão, XV, 26, 3) *principes* (Tibério, I, 46,1; Nero, XIV, 39, 1), reis estrangeiros (I, 60, 1; VI, 44, 4; XII, 18, 1), libertos (XIV, 39, 1) e magistrado (Pisão, II, 77,1).

Daremos início com as passagens dos generais Germânico (I, 42, 2) e Gorbulão (XV, 26, 3). Tácito, no livro I, se ocupou em larga medida das questões militares. Sobre os motins das regiões da Panônia e Germânia e sua supressão por Druso, dedicou 15 capítulos (I,16-30). Sobre as campanhas militares de Germânico, fora breves interrupções (I, 46-7 e 52-4), Tácito narrou desde o capítulo 31 ao 71, constituindo metade do primeiro livro.<sup>76</sup> A primeira passagem que nos deteremos (I, 42, 2) atende a campanha de Germânico na Germânia, no ano 15 d.C. Nela, Tácito reconstrói um discurso do general que fala aos soldados sediciosos, em

<sup>73</sup> TÁC., *Ann.*, IV, 34, 1.

<sup>74</sup> (*nam contra punitis ingeniis gliscit auctoritas*).

<sup>75</sup> SYME, Ronald. *Tacitus*. London: Oxford University Press, 1967. 337-8.

<sup>76</sup> GONZÁLEZ, Julián. *Tácito y las Fuentes Documentales SS.CC. DE HONORIBVS GERMANICI DECERNENDIS (TABVLA SIARENSIS) Y DE CN. PISONE PATRE*, 2002, p. 41.

uma Assembléia Militar, interrogando-os sobre o desrespeito com que eles haviam tratado um embaixador, Munácio Planco (I, 39, 3). Assim, Germânico interroga os soldados sobre como deveria nomear essa multidão a quem ele falava.

After all, what have you left undared and undefiled during these past days? What name shall I give to this throng? Is it soldiers I am to call you, who have invested the son of your Commander with rampart and arms? Or citizens, by whom the senate's **authority** has been so flung aside? You have shattered the rights due even to an enemy, a legation's sanctity, and the law of nations. (I, 42, 2)

*quid enim per hos dies inausum intemeratumve vobis? quod nomen huic coetui dabo? militesne appellem, qui filium imperatoris vestri vallo et armis circumsedistis? an civis, quibus tam proiecta senatus auctoritas? hostium quoque ius et sacra legationis et fas gentium rupistis.*

O argumento utilizado por Germânico para sustentar suas críticas aqueles soldados é o de destacar o péssimo comportamento que eles haviam tomado contra o embaixador Planco. Desta forma o general então questiona a qualidade de soldados, “*Is it soldiers I am to call you*”, e, em seguida, argúi a favor do comportamento dos cidadãos romanos, e que com a conduta que estavam seguindo eles estariam deixando de lado a “*autoridade do senado.*” Aqui, a autoridade do senado (*senatus auctoritas*) é aplicada por Tácito no sentido de que esse, como um corpo ainda político e moral, ainda mantém sua legitimidade. Assim, não caberia aos soldados o desrespeito à hierarquia. Na voz de Germânico, Tácito fornece autoridade ao senado, mesmo que destaque a posição privilegiada do general em relação aos demais agentes militares. Germânico é virtuoso, e uma de suas virtudes é respeitar a hierarquia na qual o senado ocupa um nível superior.

Outro general que teve destaque na narrativa dos *Anais* foi Gorbulão. Na passagem que destacaremos (XV, 26, 3), Gorbulão, enviado por Nero para comandar na Armênia, aparece como figura de *multa auctoritate*. Os atributos que fazem com que Tácito qualifique o general dessa forma se concretizam no conhecimento militar e, dessa maneira, Gorbulão é aquele capaz de movimentar seus ouvintes, seja para legitimar suas ações ou para criar disciplina no campo de batalha e no acampamento. Nessa passagem, Tácito narrou a capacidade do general lidar com as situações do campo militar e, em consequência, tem dos seus soldados o reconhecimento

Then, after performing the ritual purification of the army, he called it to a meeting and began speaking in magnificent fashion about the Commander's auspices and his own achievements, diverting responsibility for the reverses onto the ignorance of Paetus, and all with that considerable **authority** which served as the military man's fluency. (XV, 26, 3)

*tum lustratum rite exercitum ad contionem vocat orditur que magnifica de auspiciis imperatoris rebus que a se gestis, adversa in inscitiam Paeti declinans, multa **auctoritate**, quae viro militari pro facundia erat.*

O reconhecimento de suas competências militares investe autoridade à Gorbulão. Tácito em diversos momentos dá relevo as qualidades do general romano, “*for his part was unafraid*” (XV, 12, 1), e aponta para a boa escolha de Nero quando nomeia Domitio Gorbulão, homem de virtudes, para o governo da Armênia no capítulo oitavo do décimo quinto livros dos *Anais*.

No entanto, ao contrário de Gorbulão, o *princeps* Nero, quando nomeia o liberto Policleto para que ele restabelecesse a harmonia no campo de guerra, tem o seu escolhido ridicularizado pelos soldados. Acreditamos Tácito fez uma clara crítica a Nero quando faz com que o *princeps* confiasse que um liberto pudesse ser capaz dessa tarefa. Sem o status condizente ao líder militar, que integra o *cursus honorum* do cidadão romano, muito menos a glória da experiência efetiva do campo militar, de forma alguma o liberto poderia possuir autoridade diante da situação. O simples fato de representar as ordens do *princeps* não gera consenso suficiente para reordenação e movimentação na específica conjuntura.

So, to view the state of Britain, there was sent Polyclitus, one of the freedmen, Nero's great hope being that his **authority** would make it possible not only that harmony would be engendered between legate and procurator but also that peace would settle the barbarians' rebellious temper. (XIV, 39, 1)

*Igitur ad spectandum Britanniae statum missus est e libertis Polyclitus, magna Neronis spe posse **auctoritate** eius non modo inter legatum procuratorem que concordiam gigni, sed et rebelles barbarorum animos pace componi.*

No mesmo sentido, sobre a falta de autoridade relacionada à falta de experiência, temos a passagem (I, 46, 1). Nela, a imaturidade de dois mancebos (*duorum adolescentium*), ou seja, falta de conhecimento que se adquire com a idade, tem como consequência uma baixa autoridade para fazer com que os soldados os escutem.

But at Rome, where it was not yet known what the outcome in Illyricum had been and news had been received of the German legions' disturbance, the trembling community began to censure Tiberius on the grounds that, while he toyed with the fathers and plebs—those ineffective and unarmed entities—by fabricating reluctance, the soldiery meanwhile was in dispute and could not be subdued by the immature **authority** of two still maturing juveniles. (I, 46, 1)

*At Romae, nondum cognito qui fuisse<t> exitus in Illyrico et legionum Germanicarum motu audito, trepida civitas incusare Tiberium quod, dum patres et plebem, invalida et inermia, cunctatione ficta ludificetur, dissideat interim miles neque duorum adulescentium nondum adulta **auctoritate** comprimi queat*

Portanto, reiteramos sobre a importância da experiência no que tange a constituição da *auctoritas*. Sem esse conhecimento, como vimos em Policleto e nos dois jovens, explicitados acima, não há legitimidade e obediência na hierarquia militar, logo, não há *auctoritas*.

### 3. Conclusão.

Para a conclusão dessa monografia, retomamos o que foi apresentado no decorrer do texto. Acreditamos que o conceito de *auctoritas*, nos *Anais*, pode ser utilizado, além da pura análise textual pontual, como uma categoria de análise para pensarmos o momento político em que o historiador Cornélio Tácito escreveu. Sobre a *auctoritas* romana, no Principado e através da ótica taciteana dos *Anais*, então, construímos a hipótese de que a interação do *princeps* com a aristocracia romana não foi constituída unicamente pelo poder (*potestas*) unilateral, ou seja, como uma monarquia. Damos destaque ao conceito de *auctoritas*, que tem seu valor nesse momento político principalmente com a figura de Augusto. A *auctoritas* representa uma interação legítima. Essa interação, por um lado, é promovida pela capacidade do *princeps* gerar consenso e fazer com que suas ordens sejam cumpridas, e, por outro, pelos demais indivíduos inseridos no tecido político romano de fazerem o mesmo, gerando com isso um governo estável, sem *stasis*.

Entretanto, não podemos nos esquecer de que a *auctoritas* não é uma magistratura, algo concreto que possa ser repassado de um *princeps* a outro. Ela deve ser conquistada a todo o momento dentro do cenário institucional, político ou militar. E o seu reconhecimento é



evidenciado, juntamente, com os valores morais reconhecidos nas ações de quem possui *auctoritas*. Augusto foi descrito como esse exemplo de pessoa. Apesar disso, os demais *principes* que o sucederam não conquistaram ou mantiveram a *auctoritas* geradora de consenso, fundamental para dar legitimidade ao governante.

Tácito, como apresentamos, destacou a importância de uma relação servil que, antes de tudo, se fez necessária à paz daqueles tempos do Principado. Como analisou Fábio Joly, tal atrelamento, que submete a aristocracia romana ao *princeps* e à sua *domus* imperial, é de difícil exame. Em alguns casos a servidão, quando acontece sem medida e em benefício dos interesses privados, é vista como escravidão e, nesse sentido, prejudicial ao regime político, caracterizando-se com isso uma dominação (*dominatio*). Em outros momentos, o “acordo” entre a aristocracia e o *princeps*, mesmo que ela renuncie à antiga liberdade, é vista como positiva por Tácito, pois visa à estabilidade política e social, configurando-se assim o Principado (*Principatus*).<sup>77</sup>

Para expressarmos essa diferenciação sociopolítica entre *Principatus* e *dominatio*, construímos três diagramas (*respublica*, *principatus* e *dominatio*) que buscam esquematizar, a cargo didático, a nossa compreensão dos diversos regimes políticos na história de Roma. Os diagramas levam em conta a formação do regime político através das interações entre dois de seus principais agentes políticos – o *princeps* e os senadores –, apresentando também a esfera institucional do Senado e a esfera privada da *domus*. As cores utilizadas não são meros cuidados estéticos. O verde no diagrama representa a esfera privada, com o *dominus* exercendo a *potestas* em sua *domus*; o amarelo, em oposição e complementaridade de sentido ao anterior, representa a esfera pública, onde o *senator* se utiliza da *auctoritas* para a movimentação do campo *publicus*. No primeiro diagrama, da *respublica*, tomamos a mistura entre o verde e o amarelo de forma integral, o que acarreta o quadro “ideal” da República, em azul. São as duas esferas, pública (amarela) e privada (verde), equilibradas em sua essência. Logo, o resultado é a mistura completa em azul.

---

<sup>77</sup> JOLY, F. *Tácito e a Metáfora da Escravidão*, 2004.

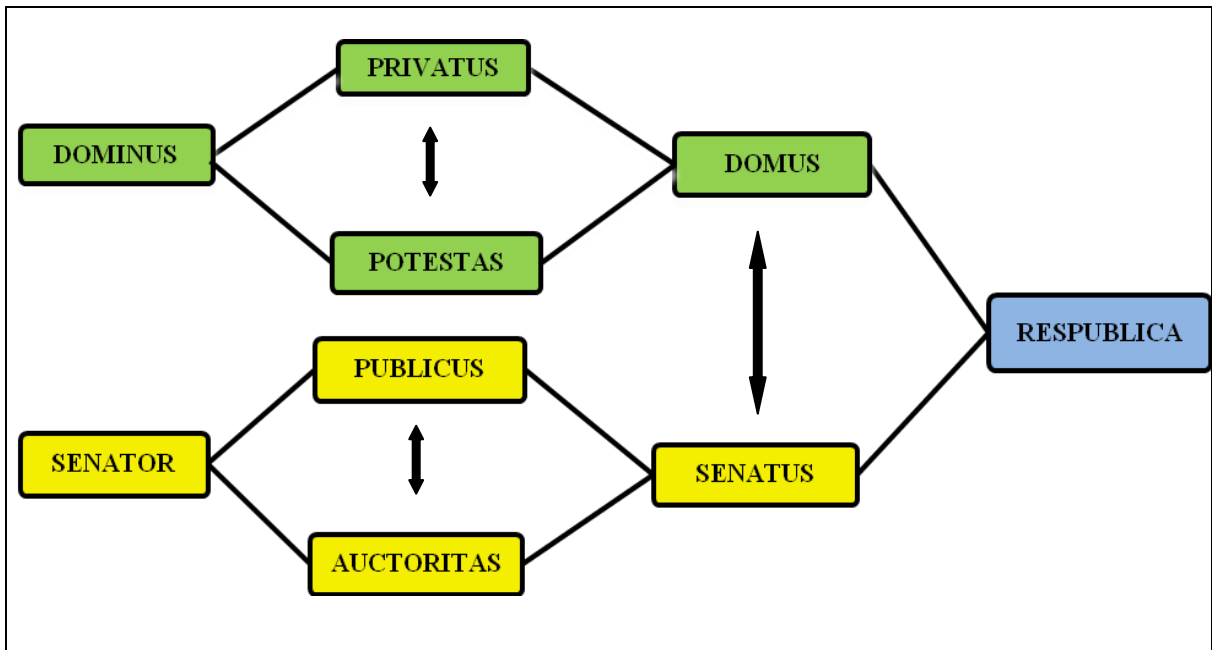


FIGURA 1: Diagrama político da *respublica*.

O equilíbrio expressado pela cor azul no diagrama acima corresponde ao esforço de apresentarmos as formas de interação que melhor correspondam ao momento republicano. Logicamente, não podemos desconsiderar os diversos quadros de instabilidade sociopolítica - as diversas ditaduras que foram importantes na história de Roma são exemplos disso -, que, portanto, desarranjariam o nosso diagrama. No entanto, os conflitos políticos mais agudos no período republicano e, conseqüentemente, suas respectivas tentativas de restituição da ordem social, acreditamos, visavam, em larga medida, a reconstrução desse padrão apresentado no diagrama da *respublica*. Os indivíduos que integravam o corpo senatorial - esfera pública -, ou seja, os senadores, também eram responsáveis por formarem outra unidade, como *pater familias*: a *domus*. As unidades familiares, que por sua vez compunham o campo privado em complementaridade e oposição à esfera pública, constituem a estrutura sociopolítica governante romana. Desta forma, seguindo o raciocínio acima, o equilíbrio político provém da aceitabilidade de que os indivíduos que compõem a esfera pública, o senado, reconheçam e promovam a isonomia. A chegada de Otaviano Augusto, contudo, reconstrói o diagrama político.

A inserção de um agente político que desequilibra a isonomia senatorial nos apresenta outra forma de visualização. O *princeps*, no entanto, como tentamos apresentar, para que tenha legitimidade e seu governo tenha estabilidade, não pode agir de forma unilateral. A *auctoritas* do *princeps* só existe no instante em que os demais integrantes do governo o reconheçam como tal. O equilíbrio entre *princeps* e senadores, mesmo quando esses

renunciam a sua *libertas* em favor da estabilidade e da paz, como nos apontou Tácito, configura assim o regime do Principado (*principatus*). Para essa lógica social apresentamos o diagrama do *principatus*.

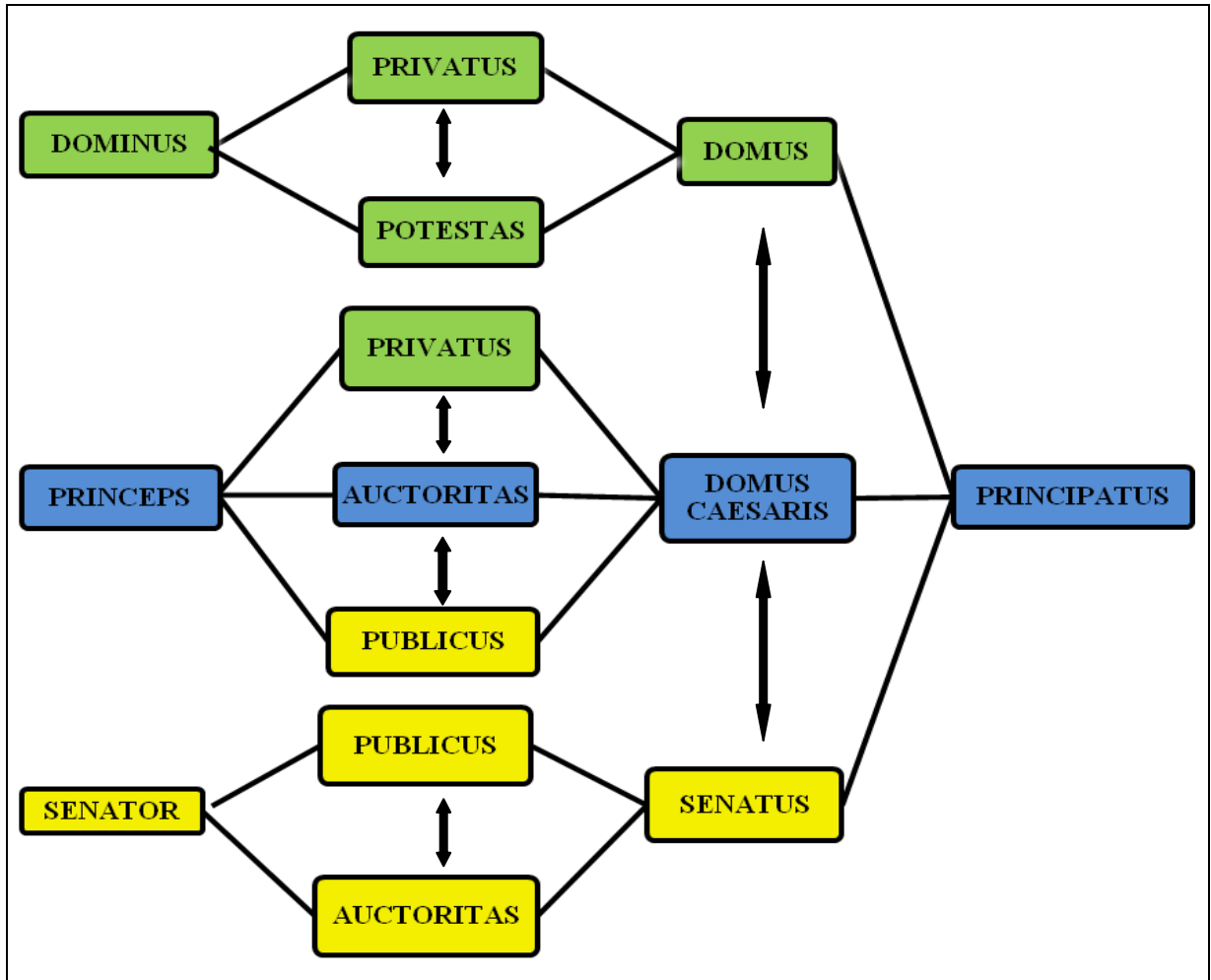


FIGURA 2: Diagrama político da *principatus*.

Como apresentado nesse diagrama, dois novos elementos foram inseridos na estrutura política romana: *princeps* e *domus caesaris*. O *princeps* surge como o agente que estabelece uma maior sobreposição das camadas pública e privada, pois, fez da sua *domus* o espaço de resolução de antigas questões que cabiam ao campo público, como, por exemplo, a incorporação e gestão, por Augusto, do tesouro comum (*aerarium*) ao fisco imperial (*patrimonium* e *fiscus*).<sup>78</sup> No entanto, mantemos a cor azul para a nova fileira, tendo como resultado final o *Principatus*, uma ordem estável, mesmo que em curtos períodos de tempo,

<sup>78</sup> Para outros exemplos dessas sobreposições, intensificadas com o advento do Principado, ver o sub-tópico 1.3.1 *Auctoritas* e Principado, pp. 15-22.

proporcionando “equilíbrio”, mesmo que um tipo de equilíbrio diferente do republicano. A lógica de funcionamento do Principado, no entanto, como ressaltamos no início da conclusão, não é de fácil estabelecimento, já que é derivada da capacidade do *princeps*, juntamente com os demais senadores e outros agentes sociais, de gerarem consenso político e promoverem estabilidade sociopolítica. Augusto teria sido o que melhor cumpriu esse papel, contudo, esse momento político do *principatus* é a todo o momento transfigurado em outro, o da *dominatio*.

No momento que nomeamos como *dominatio*, a relação entre o *princeps* com os senadores é constituída por outras forças de interação que extrapolam a *auctoritas*. Isso significa pensar que há um desnível de forças, onde o *princeps* e sua *domus caesaris* sobrepõem a esfera senatorial.

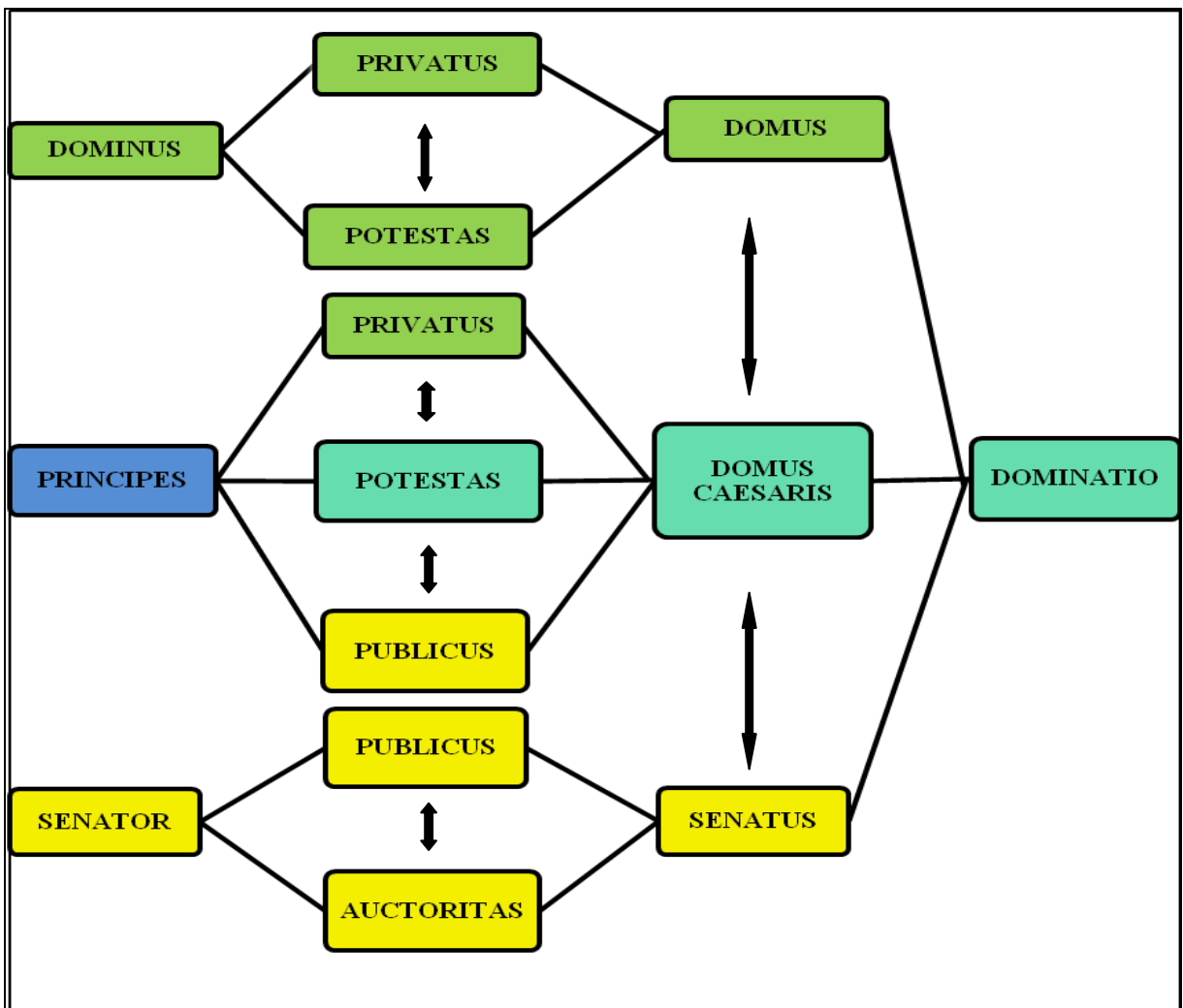


FIGURA 3: Diagrama político da *Dominatio*.

Como podemos observar nesse terceiro diagrama, pela *potestas* do *princeps* caracterizar-se-ia a principal força de interação que movimentaria os indivíduos nesse contexto. Ou seja, a lógica privada, que deveria estar circunscrita à *domus*, que tem a *potestas*

como principal característica, extrapola o seu campo inicial e interfere diretamente na lógica pública. Nessa situação, a mistura do verde, representando o campo privado, não se mistura completamente com o amarelo, que representa ao público. Assim, a “verde-água”, que contém mais elementos do campo privado, sobressai na representação final do diagrama político, constituindo então a *dominatio*.

Portanto, concluímos que para que haja estabilidade sociopolítica, expressa esquematicamente nos dois primeiros diagramas, é necessária uma relação de *auctoritas* – não, unicamente ou em maior escala, de *potestas* – entre o *princeps* e os demais agentes políticos atuantes, dando ênfase, aqui, aos senadores. Ressaltando novamente, quando pensamos no *princeps*, que a *auctoritas* não é um artefato repassado ao sucessor, pelo contrário, mas é um estado de legitimidade e ação política muito difícil de conquistar e sustentar. Assim, como podemos observar nos *Anais* taciteanos, os processos sucessórios são frequentemente conturbados. A troca de um *princeps*, então, pressupunha toda uma reorganização das expectativas políticas, visto que o *princeps* seguinte nem sempre conquistaria a *auctoritas* necessária ao governo e à estabilidade.

#### 4. Referências Bibliográficas

##### 4.1 Fontes:

LUCIANO. *Como se deve escrever a História*. Tradução e ensaio de Jacyntho Lins Bradão. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.

SUETÔNIO & AUGUSTO. *A Vida e os Feitos do Divino Augusto: Suetônio e Augusto*. Trad. Matheus Trevizam e Paulo Sérgio Vasconcellos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

HORACE. *Odes and Epodes*. Edited and translated by Niall Rudd. Cambridge, Mass.; London: Harvard University Press., 2004.

HORACIO. *Arte Poética*. Introdução, Tradução e Comentário de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Editorial Inquérito, 1984.

- QUINTILIANO. *Instituições Oratórias*. Tradução e Ensaio de Antônio Martinez Resende. *Rompendo o Silêncio: A Construção do Discurso Oratorio em Quintiliano*. São Paulo: Editora Crisálida, 2010
- TÁCITO. *Anais*. Prefácio de Breno Silveira e Trad. de J. L. Freire de Carvalho. Série Clássicos Jackson, Vol. XXV São Paulo: Editora Brasileira, 1957
- TACITUS. *Annals*. Translated, with introduction and notes, by A. J. Woodman. Hackett Publishing Company, Inc. Indianapolis/Cambridge, 2004
- TACITE. *Annales*. Texto estabelecido e traduzido por Henri Goelzer. 3 vols. Paris, Les Belles Lettres, 1953.
- \_\_\_\_\_. *Histoires*. Texto estabelecido e traduzido por Henri Goelzer. 2 vols. Paris, Les Belles Lettres, 1951.
- \_\_\_\_\_. *Vie d' Agricola*. Texto estabelecido e traduzido por E. de Saint-Denis. Paris, Les Belles Lettres, 1948.
- TÁCITO. *Vida de Agrícola*. Trad. de Agostinho da Silva, Lisboa: Livros Horizontes LDA., 1974.
- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: UnB, 1982.

#### 4.2 Livros e artigos:

- ALFÖLDY, Géza. *Historia Social de Roma*. Tradução do original em alemão de Maria do Carmo Cary. 1º Ed., Lisboa: Presença, 1989.
- ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa, 6º Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.
- BLOCH, Marc L. B.. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. História e Análises de Textos. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 375-399.
- CHASSIGNET, Martine. *L'Annalistique Romaine*, Les Belles Lettres, Paris, 2003.
- ECK, Werner. *The age of Augustus*. UK: Blackwell Publishing, 2007.

- FAVERSANI, Fábio. *A Sociedade em Sêneca*. 209fls. Tese (Doutorado em História Econômica) DH/FFLCH/USP, 2000.
- FINLEY, Moses. I. *Politics in the Ancient World*. Cambridge University Press, 1983.
- FINLEY, M. *Os Gregos Antigos*. Lisboa: Edições 70, 1984
- FINLEY, Moses. *Usos e Abusos da História*. Tradução de Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes. 1º Ed. Brasileira, 1989.
- GLARE, P.G.W. *Oxford Latin Dictionary*. Oxford University Press, 2007. p. 206-7.
- GARNSEY, Peter & SALLER, Richard. *The Roman Empire. Economy, Society and Culture* University of California Press, 1987.
- GONZÁLEZ, Julián. *Tácito y las Fuentes Documentales SS.CC. DE HONORIBVS GERMANICI DECERNENDIS (TABVLA SIARENSIS) Y DE CN. PISONE PATRE*, 2002.
- HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- HARTOG, François. *A História de Homero à Santo Agostinho*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- JOLY, F. *Teleologia e Metodologia Históricas em Tácito*. In. : *História Revista*, Goiânia, v. 6, n. 2, p. 25-50, 2001.
- JOLY, Fábio D. *Tácito e a metáfora da escravidão*. São Paulo: Edusp, 2004.
- JOLY, Fábio D. *Tácito e o Império Romano*. In.: *Revista de História – Edição especial* (2010), pp.69-78.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original Alemão de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- MARINCOLA, John. *Authority and Tradition in Ancient Historiography*. Cambridge University Press, 1997.
- MARROU, Henri-Irénéé. *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: Editora da USP, 1971,
- MILNOR, Kristina. *Gender, Domesticity, and the Age of Augustus Inventing Private Life*. Oxford University Press, 2005.
- ROWE, G. *Princes and political cultures: The new Tiberian senatorial decrees*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2002,
- SAILOR, Dylan. *Writing and Empire in Tacitus*. Cambridge University Press, 2008.

- SHOTTER, David. *Augustus Caesar*. London and New York: Routledge, 1991.
- SHOTTER, David. *Nero*. London and New York: Routledge, 2005.
- SYME, Ronald. *Tacitus*. London: Oxford University Press, 1967. 2 v.
- SYME, Ronald. *The Roman Revolution*. Oxford: Oxford University Press. 1939.
- TORRINHA, Francisco. *Dicionário Latino Português*. Porto: Editora Porto, 1942.
- WIEDEMANN, Thomas. in IN.: ROWE, Christopher & SCHOFIELD, Malcolm. *The Cambridge History of Greek and Roman Political Thought*. Cambridge University Press, 2008.
- WINTERLING, Aloys. *Politics and Society in Imperial Rome*. London: Wiley-Blackwell, 2009.
- WIRSZUBSKI, Ch. *Libertas as a Political Idea at Rome during the Late Republic and Early Principate*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.
- WOODMAN, A. J. *Rhetoric in Classical Historiography*. Portland: Aeropagítica, 1988.

## 5. ANEXOS

### ANEXO 1: TABELA.

<b>Tabela Programática – Mapeamento da utilização do conceito de <i>auctoritas</i> no texto de Tácito, nos <i>Anais</i>.</b>				
<i>Res internae</i> - 16 citações				
<i>Res externae</i> - 9 citações				
<i>Res internae</i>	<i>Principado</i>	<i>Espaço de ação</i>	<i>Agentes envolvidos</i>	<i>Resumo da Passagem</i>
1.24.2	Tibério	Senado	Tibério, Aélio Sejano (prefeito da guarda Pretoriana) e Druso	Druso, filho de Tibério, não tem autoridade suficiente para restabelecer a ordem no campo militar. Sendo assim, Tibério envia com ele o mentor ( <i>rector</i> ) para ajudá-lo a lidar com a situação. Aélio Sejano é escolhido por sua autoridade ( <i>auctoritas</i> ) com o princeps. Aqui, Tácito reconhece em Aélio, homem de experiência, um conhecimento que falta à Druso e que é necessário à situação.
2.32.2	Tibério	Senado		“ <i>quorum auctoritates adulationes que rettuli, ut sciretur vetus id in re publica malum.</i> ”
2.34.1	Tibério	Senado	Tibério, Pisão e	Tibério pede aos parentes ( <i>propinquos</i> ) de Pisão que o impedissem de sair da sessão



			parentes de Pisão	senatorial, seja pela autoridade ( <i>auctoritate</i> ) ou pelas preces ( <i>precibus</i> )
4.14.3	Tibério	Senado	Senadores	Tácito neste capítulo tenta reconstruir uma sessão senatorial, no entanto, curta e sem longos discursos. No fim do capítulo, ao tratar do caso Osco, em virtude de muitas queixas feitas pelos pretores devido aos distúrbios morais ( <i>levissimae apud vulgum</i> ) causado por tais pessoas, Tibério propõe ao senado, pela autoridade dos senadores ( <i>auctoritate patrum</i> ), investigar o caso. Por fim, os histriões são expulsos da Itália.
4.20.7	Tibério	Senado	M. Lépido	Tácito nos apresenta uma breve interação entre o princeps Tibério e o senador Lépido. Esse homem, sábio e prudente, tem autoridade com Tibério, conseguindo ele, segundo Tácito, encontrar um caminho entre a servidão bajuladora e a liberdade desmedida.
4.35.5	Tibério	Senado	Cremúcio Cordo, Sátiro Secundo e Pinário Nata	Cremúcio se coloca na posição daquele que, por ser censurado, presumi-se que tenha provocado a ira dos acusadores, e com isso, “ <i>o gênio castigado cresce em autoridade</i> ” ( <i>nam contra punitis ingeniis gliscit auctoritas</i> )
5.3.1	Tibério	Domus caesaris	Sejano e Augusta (mãe do princeps)	A figura materna tinha autoridade perante Tibério, sendo assim Sejano não era capaz de interferir nessa relação de obediência maternal ( <i>matrem obsequium</i> ). Após a morte de sua mãe, “ <i>thenceforward it was sheer, oppressive despotismo</i> ” ( <i>Ceterum ex eo praerupta iam et urgens dominatio</i> )
6.13.1	Tibério	Senado	Cônsules	Relaciona-se a autoridade oficial, dos senadores ( <i>publica auctoritate</i> )
12.5.2	Cláudio	Domus caesaris	Vitélio	Vitélio teria perguntado se Cláudio desafiaria as ordens (regras) do povo e a autoridade do senado.
12.25.1	Cláudio	Domus caesaris/ Senado	Agripina e Pallas (escravo de Agripina)	A autoridade de um liberto frente o <i>princeps</i> denigre a sua imagem
13.4.1	Nero	Senado	Senadores	Nero, pelo menos em seus momentos iniciais, teve a intenção de respeitar a <i>auctoritas</i> dos <i>patres</i> .
14.43.2		Senado	C. Cássio Longino e senadores	A autoridade de um homem elevado, por exemplo, Cássio Longino, não pode estar a todo o momento sendo posta a prova em discussões e polêmicas.
14.47.1	Nero	Senado	Memio Régulo	Memio Régulo foi senador de autoridade, apresentando suas virtudes, como a <i>constantia</i> e <i>fama</i> . No entanto, Régulo jazia encoberto pela força de Nero. No fim desse capítulo Tácito cria uma oposição à Régulo na figura de Nero.

14.55.2	Nero	Domus caesaris	Nero e Sêneca	A maior auctoritas relaciona-se com a idade de Augusto. Como Tácito reproduz um discurso feito por Nero, bem mais jovem que seu terceiro avô, nas palavras do jovem <i>princeps</i> ele não poderia fazer tudo o que seu avô fizera. Uma desculpa para não dar o descanso pedido por Sêneca
16.21.3	Nero	Senado	Capito Cossuciano e Traséia Peto	O senador Capito Cossuciano foi prejudicado pela autoridade de Traséia Peto.
16.32.3	Nero	Senado	Sorano, Servilha (filha de Sorano.) e P.Inácio (Cliente Sorano.)	Um cliente de Sorano, P Inácio, depõe contra o seu senhor Nesse momento Tácito desqualifica Inácio como “vendido” ( <i>emptus</i> ), pois trai o seu senhor. Esse comportamento ataca a autoridade da seita Estóica. ( <i>auctoritatem Stoicae sectae praeferebat</i> )
<i>Res externae</i>	<i>Principado</i>	<i>Espaço de ação</i>	<i>Agentes envolvidos</i>	<i>Resumo da passagem</i>
1.42.2	Tibério	Campo militar	Germânico (general romano), Munácio Planco e soldados	Germânico fala aos soldados em uma Assembléia Militar interrogando-os sobre o desrespeito com que eles haviam tratado um embaixador romano
1.46.1	Tibério	Campo militar	Tibério e dois jovens militares	A imaturidade de dois mancebos ( <i>duorum adulescentium</i> ) tem como consequência uma baixa autoridade para fazer com que os soldados os escutem.
1.60.1	Tibério	Campo militar	Segestes, Armínio e Inguiomero	Auctoritas aparece no sentido de respeito, reconhecimento de uma antiga aliança entre Inguiomero e os romanos. Também podemos interpretar aqui a <i>auctoritas</i> no sentido de cumprimento à hierarquia militar.
1.66.2	Tibério	Campo militar	Cecina (general romano) e soldados	Cecina não consegue barrar a retirada de seus soldados por sua autoridade ( <i>de auctoritate neque precibus</i> ). O General foi incapaz de manter a disciplina em seu acampamento, não se fez ouvir pelos soldados amedrontados.
2.77.1	Tibério	Campo militar	Pisão (filho de Tibério, gov. da Província da Síria) Domítio Celer e Séntius	Pisão, filho de Tibério, era herdeiro legal do princeps, o que lhe investe poder legal e, além disso, segundo Domício Céler, quem mais poderia estar investido de autoridade para controlar as legiões do que o filho de Tibério?
6.44.4	Tibério	Campo militar	Artabanto, Tirídates (Rei Parto) e	Abdageses era indivíduo próximo ao Rei Artabanto e de grande autoridade sobre ele.

			Abdageses (integrava a corte do Rei Artabanto)	
12.18.1	Cláudio	Campo militar	Mitriades e Eunones	Mitriades se vê encurralado no campo de batalha, e sem mais para quem pedir auxílio, nem para onde fugir, resolve se entregar Eunones, dos Aorsos
14.39.1	Nero	Campo militar	Nero, Policleto (liberto de Nero) e Soldados	Nero esperava que a autoridade de um liberto restabelecesse a harmonia na guerra. Logo em seguida o autor narra os soldados ridicularizando Policleto.
15.26.3	Nero	Campo militar	Gorbulção (general romano) e soldados	Gorbulção aparece como figura de “ <i>multa auctoritate</i> ”, conhecedor do campo de batalha e, conseqüentemente, aquele capaz de movimentar seus ouvintes, seja para legitimar suas ações ou para criar disciplina no campo de batalha